JOC

Porto União/SC | União da Vitória/PR
Ano 96 | Edição 6876 | R$ 9,99
Sexta-Feira, 21 de Agosto | Sábado, 22 de Agosto
Domingo, 23 de Agosto de 2026



EXCLUSIVO

RATINHO JR. FAZ BALANÇO DA GESTÃO E PROJETA FUTURO DO PARANÁ

Em entrevista à ADIPR, governador destaca resultados dos quase oito anos de governo, fala sobre economia, obras e segurança e entra no debate sobre a sucessão estadual em 2026

• PÁGINAS 04 E 05





Opinião
Por André Marsiglia

A DITADURA DO STF É CULPA DA IMPRENSA

Não há novidade alguma no que Alexandre de Moraes fez na semana passada contra a fonte do jornalista Luís Pablo. Não foi a primeira vez que avançou sobre fontes jornalísticas, já havia acontecido no caso Tagliaferro, tampouco que afagou, com suas decisões, grupos políticos próximos a Flávio Dino.

Quem acompanha o STF desde a abertura do inquérito das fake news, em 2019, já viu censura, bloqueio de contas, buscas e apreensões, prisões por manifestações políticas e garantias constitucionais relativizadas em nome da "democracia".

Por que, então, tanta gente se espantou? Porque, diferentemente da ditadura do regime militar dos anos 1970, a ditadura de hoje, promovida pelo STF, disfarça-se e se esconde nas manchetes afáveis da grande imprensa.

Nenhum jornalista, nos anos 1970, ousaria dizer que a tortura era justificável. Mas a que houve contra Filipe Martins é ignorada. Nenhum jornalista seria medonho a ponto de escrever "vigiar e punir: gostoso demais" enquanto o Dops levava alguém para ser interrogado. Nenhum diria que o general Médici lhe ativava a libido ou escreveria "delegado Fleury, pega o meu cartão". Mas tudo isso ocorreu recentemente em relação à ditadura do STF.

Durante anos, a imprensa esquerdista aceitou que garantias fossem relativizadas quando os alvos eram bolsonaristas, usuários das redes sociais ou jornalistas que ela não considerava suficientemente jornalistas, por não serem de esquerda. Agora, diante do ataque a uma fonte jornalística, reconhece-se ameaçada e se choca.

A diferença entre Médici e Moraes não está em Médici ou Moraes, mas na imprensa ideológica que os descreve de forma diversa.

Durante o regime militar, quando podia denunciar o autoritarismo, a imprensa denunciava. Quando não podia, alguns jornais publicavam poemas e receitas no lugar do material censurado. Até a ausência da notícia denunciava a existência do censor. Hoje, a imprensa de esquerda oferece espontaneamente ao poder a manchete que legitima seus excessos.

Quando Moraes avançou sobre uma fonte jornalística, a dor finalmente chegou a um território que a imprensa reconhece como seu. Tornou-se mais difícil explicar o abuso como instrumento democrático. O episódio escancara aquilo que ela fingiu não enxergar até então.

O jornalista e escritor Mario Sabino lembrou, em postagem no X, com sagacidade, que o inquérito das fake news já dura mais de um terço de todo o período do regime militar.

Talvez, pelo disfarce dado pelas manchetes da grande imprensa ideológica, a ditadura do STF dure tanto, talvez até se perpetue, enquanto estiver seduzindo jornalistas de esquerda, atacando seus inimigos, poupando as redações e os interesses dos donos de jornais.

• **André Marsiglia** é advogado e professor. Especialista em liberdade de expressão e direito digital. Pesquisa casos de censura no Brasil. É doutorando em direito pela PUC-SP e conselheiro no Conar. Escreve semanalmente para o Poder360, onde este artigo foi originalmente publicado.

OPINIÃO

REFORMA TRIBUTÁRIA: A BOMBA NO COLO DOS EMPRESÁRIOS

| Por Eduardo Stremel e Guilherme Seidel

Imagem gerada por IA



A reforma tributária é realidade!

Uma mudança estrutural é complexa e gera muitas dúvidas, não seria diferente nesta reforma. Neste texto, poderíamos abordar diversos pontos controversos, eventuais benefícios e tentar, em poucas linhas, explicar os mais de 500 artigos e dezenas de anexos que compõe a Reforma Tributária - Lei Complementar 214/2025 (gostaria de ter esse poder de concisão, mas é um trabalho inexequível até para o próprio legislador).

Pois bem. Diante desta complexidade, vamos ao que nos interessa: O Bolso do Empresário e a saúde financeira das empresas.

O ponto principal é: o capital de giro das empresas vai diminuir e em muitos casos sumir com as novas mudanças.

Empresário, você possivelmente não sabe, mas a forma como você recolhe os impostos irá mudar. O prazo que hoje você tem entre a venda e o pagamento do imposto não existirá mais com a implementação do Split payment. Tudo será imediato. Vendeu, recebeu, o imposto já está pago! O valor do imposto a recolher no futuro, que era usado como capital de giro, não existirá mais!

Explico.

A implantação do split payment no sistema tributário brasileiro desponta como um dos instrumentos mais importantes — e também mais controversos — do novo modelo de arrecadação vinculado à reforma tributária sobre o consumo. Embora o mecanismo tenha como objetivo declarado aumentar a eficiência da cobrança e reduzir a inadimplência fiscal, seus impactos sobre o fluxo de caixa das pequenas e médias empresas (PMEs) exigem uma análise mais cuidadosa e realista.

Mas o que é o split payment?

Consiste na separação automática do valor do tributo no momento da liquidação da operação. Diferentemente do modelo tradicional, em que a empresa recebe o valor integral da venda e recolhe os impostos em momento posterior, a parcela correspondente aos tributos passa a ser retida na origem e direcionada diretamente ao fisco. Na prática, o empresário passa a dispor apenas do valor líquido da operação.

Sem dúvida é um excelente instrumento para evitar a sonegação e atrasos de pagamentos de impostos. Por outro lado, é uma punição ao bom pagador, que tem como consequência o esvaziamento deste lapso temporal e tira o potencial do seu capital de giro.

No dia a dia das empresas, esse intervalo entre receber a venda e pagar o imposto é usado como um colchão financeiro, como se fosse um capital de giro informal, mas essencial para pagamento das despesas das empresas como aluguel, luz e demais despesas de sua operação.

O que temos é que 2026 será o ano para as empresas se prepararem para essa pressão adicional ao fluxo de caixa que se avizinha, principalmente em setores com margens reduzidas, além dos custos adicionais que as empresas terão com adaptação de sistema de faturamento, controles contábeis plenamente integrados às plataformas governamentais, aumentando a complexidade para as pequenas e médias empresas.

O impacto é visível e fará com que muitas empresas iniciem um processo de sangramento após a implantação, que caso não tratado, resultará no fechamento de suas atividades, num efeito dominó para aqueles que utilizam esse lapso temporal para pagamento de imposto como capital de giro.

• **Eduardo Motiejaus Juodis Stremel** é advogado, Diretor Jurídico da Associação Comercial do Paraná (ACP), Conselheiro Jurídico da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), Membro do Comitê Jurídico do G7 Paraná (que reúne as 7 maiores entidades do Estado do Paraná) e Sócio da Stremel Advogados Associados.
• **Guilherme Ziegemann Seidel** é advogado, Assessor Tributário da Associação Comercial do Paraná e Especialista em Direito Tributário pelo IBET e em Constitucional pela ABDCONST

JORNAL Comércio
Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR)
CEP: 84600-180
Tel: (42) 3521-2050
CNPJ Matriz: 77.958.882/0001-27
CNPJ Filial: 77.958.882/0002-08
FUNDADO EM 11 DE JUNHO DE 1931

DIREÇÃO GERAL
Eduardo Carpinski
EDITOR-CHEFE
Rafael Peruzzo
CONSELHO EDITORIAL
Sitamar Brittes

Redação
(42) 99823 - 0044
Comercial
(42) 3521 - 2050

Assinatura anual
Local: R$ 360,00 | Microrregião: R$ 600,00
Circulação
União da Vitória, Cruz Machado, Paulo Frontin e Porto União
FILIADO
ADJORI SC
ADIPR
08/2026
CCJ REGULARIDADE COMPROVADA

/peloestado

[PeloEstado]

peloestado.com.br

Gaeco deflagra operação de combate à fraude tributária

Nesta quinta-feira, 20, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), deflagrou a Operação "Labirinto Fiscal". A investigação apura a atuação de um grupo suspeito de praticar crimes contra a ordem tributária e lavagem de capitais por meio da geração indevida de créditos de ICMS.

Segundo a apuração, o esquema investigado estaria baseado no superfaturamento de insumos adquiridos por uma empresa fabricante de produtos junto a outra empresa vinculada ao mesmo núcleo empresarial, sediada em Manaus/AM. A estratégia teria sido utilizada para ampliar artificialmente os créditos tributários decorrentes das operações, gerando vantagens fiscais indevidas.

De acordo com informações da Secretaria de Estado da Fazenda, as irregularidades investigadas podem ter causado prejuízo superior a R$ 500 milhões aos cofres públicos.

Foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão nos municípios de Tubarão e Manaus/AM. As ordens judiciais foram expedidas pela Vara Estadual de Organizações Criminosas. Os materiais arrecadados durante as diligências serão submetidos à análise pericial e incorporados ao conjunto de elementos que subsidiam o avanço das investigações.

Foto: PSD/Divulgação



Sabatina

O candidato ao Governo de Santa Catarina João Rodrigues (PSD) participou nesta semana de sabatina promovida pela União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc). Antes de receber as perguntas selecionadas pela organização, o ex-prefeito de Chapecó recebeu das mãos da presidente da entidade, Marcilei Vignatti, o resultado da pesquisa A Voz dos Vereadores, documento que reúne demandas e dados dos municípios catarinenses.

Os eixos temáticos, que também pautaram as perguntas foram "A voz dos vereadores", eram "Municipalismo, federalismo e gestão", "Infraestrutura", "Políticas básicas" e "Desenvolvimento econômico e agricultura".

Reforço 1

A união marcou a reunião realizada com o governador de Santa Catarina e candidato à reeleição, Jorginho Mello, e importantes lideranças do Meio-Oeste catarinense. Ao lado do governador e do candidato a deputado estadual Saulo Sperotto, estiveram diversos empresários, o prefeito de Caçador, Alencar Mendes, o prefeito de Fraiburgo, Wilson Ribeiro Cardoso Junior, e o ex-prefeito de Videira, Dorival Carlos Borga.

As lideranças reforçaram um objetivo comum: fortalecer a representação política do Meio-Oeste na Assembleia Legislativa e ampliar a capacidade da região de buscar investimentos, infraestrutura, oportunidades e apoio aos municípios.

A candidatura de Saulo Sperotto (PL), número 22245, vem sendo apresentada como o projeto regional mais viável, e reúne experiência administrativa, conhecimento dos municípios e capacidade de articulação com o Governo do Estado.

Reforço 2

O deputado estadual Carlos Humberto (PL) recebeu um importante reforço político para o seu projeto de reeleição à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc).

Em uma reunião organizada pela prefeita de Balneário Camboriú, Juliana Pavan (PSD), e que contou com a presença de seu pai e prefeito de Camboriú, Leonel Pavan (PSD), lideranças e apoiadores uniram forças em prol da continuidade do mandato do parlamentar.

O encontro serviu para consolidar a parceria entre as gestões municipais do litoral norte e o representante do PL no legislativo estadual. Durante o evento, a chefe do executivo de Balneário Camboriú fez questão de enaltecer a proximidade e o comprometimento de Carlos Humberto com as demandas locais.

Já Carlos Humberto agradeceu o respaldo da família Pavan e de suas bases, ressaltando que o compromisso mútuo está acima de eventuais diferenças políticas.

Agenda Institucional

O Sistema OCESC acaba de lançar a Agenda Institucional do Cooperativismo Catarinense, documento inédito que consolida as principais pautas estratégicas do cooperativismo de Santa Catarina e passa a orientar a atuação institucional da entidade junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Apresentada durante coletiva de imprensa, o documento reúne propostas construídas de forma colaborativa com as cooperativas catarinenses e integra o Programa de Educação Política da organização. O objetivo é ampliar o diálogo institucional e a representatividade do setor, além de contribuir para a formulação de políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico e social do Estado.



Integração Editorial

Produção e edição: *ADI/SC - Jornalista Celina Sales*
Diagramação: *Celina Sales*
Contato peloestado@gmail.com
*Esta coluna é publicada nos jornais eportais associados a ADISC e a APJSC

ADIPR Associação dos Jornais e Portais do Paraná

COLUNA
PELO PARANÁ

ANÁLISE, INFORMAÇÃO E VISÃO DE QUEM ACOMPANHA O QUE MOVE O PARANÁ.

TRANSPARÊNCIA

A Assembleia Legislativa do Paraná alcançou 100% dos critérios do Programa Nacional de Transparência Pública em 2025. O índice era de 59,10% em 2023 e chegou a 95,32% em 2024, com o Selo Diamante. Sob a gestão de Alexandre Curi, presidente da Alep e candidato ao Senado pelo Paraná, a Casa informou economia e devolução de R$ 620 milhões em 2025. Os recursos foram associados a investimentos estaduais em pavimentação, creches, hospitais e outras políticas públicas.

Participação popular

A Assembleia Itinerante ampliou sua presença no interior e chegou a 36 edições e cerca de 7,5 mil demandas recebidas até o fim de 2025. A Assembleia também ampliou os canais de participação popular e realizou concurso público após cerca de quatro décadas. Outra frente foi a consolidação de leis em códigos estaduais voltados às mulheres, pessoas autistas e consumidores. O período também marcou a criação do primeiro Código de Ética e Decoro Parlamentar da história da Assembleia do Paraná.

Denúncias no Pardal

O Paraná já contabiliza mais de 100 denúncias de propaganda eleitoral irregular no sistema Pardal desde o início da campanha e ocupa a terceira posição no país. Impulsionamento e irregularidades na internet concentram os registros em âmbito nacional. As denúncias são encaminhadas à Justiça Eleitoral para apuração e não representam infrações já confirmadas. Os casos podem resultar em decisões judiciais e ações contra candidaturas.

Demandas ambientais

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) recebe até 31 de agosto contribuições para a pesquisa "Demandas Ambientais da Indústria Paranaense". O levantamento busca identificar entraves regulatórios e prioridades em áreas como licenciamento, recursos hídricos, resíduos sólidos, logística reversa e mudanças climáticas. Os resultados orientarão a atuação da entidade na defesa e no apoio ao setor industrial. O questionário on-line leva de cinco a sete minutos para ser respondido.

Parceria

A Faciap e a OAB Paraná firmaram termo de cooperação para ampliar ações voltadas ao desenvolvimento empresarial e institucional no Estado. A parceria pretende aproximar advogados e empresários, com troca de conhecimento e novas oportunidades. A Faciap está presente em mais de 260 municípios por meio das associações comerciais. O acordo foi assinado na sede da OAB-PR, em Curitiba.

Geada no Paraná

Após dias com temperaturas acima de 30°C, uma frente fria deve provocar queda acentuada nos termômetros do Paraná a partir desta sexta-feira, 21. Segundo o Simepar, as mínimas ficarão abaixo de 10°C, inclusive no Oeste e Sudoeste, durante o fim de semana. Há possibilidade de geada no domingo, 23, especialmente no Sul e Sudoeste, mas a previsão ainda pode sofrer alterações.

Pardal

O aplicativo Pardal já está disponível para o recebimento de denúncias sobre irregularidades na propaganda eleitoral. A ferramenta gratuita pode ser acessada em celulares e tablets, enquanto o Pardal Web permite acompanhar as estatísticas dos registros. Para utilizar o aplicativo, o cidadão deve se identificar pelo e-Título ou pela plataforma Gov.br. A identidade do denunciante será mantida sob sigilo.

Coluna publicada simultaneamente em 24 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Da Redação ADIPR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 27/2026 • Nº PROC. ADM. 80/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN, de acordo com a regulamentação conforme edital realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por EDER RENATO STELMACH e tendo como autoridade IRENEU INÁCIO ZACHARIAS.
PUBLICAÇÃO: 20/08/2026 14:25. INÍCIO REC. PROPOSTA: 20/08/2026 15:00. FIM REC. PROPOSTA: 03/09/2026 09:00. INÍCIO DISPUTA: 03/09/2026 09:30. TIPO DE LANCE: MENOR LANCE. TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO. EXCLUSIVO ME: NÃO. VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 2.771.093,4394.
OBJETO DO PROCESSO: PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, UTENSÍLIOS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS (INCLUINDO HORTIFRÚTI, PANIFICAÇÃO, CARNES, LATICÍNIOS, FÓRMULAS ESPECIAIS E SORVETES) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE CONSUMO DIÁRIO E REGULAR DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.

EXCLUSIVO

RATINHO JR FAZ BALANÇO DA GESTÃO E FALA SOBRE ELEIÇÕES 2026

Da Redação ADIPR

Foto: Divulgação/Reprodução



À frente do Governo do Paraná desde 2019, Ratinho Junior chega à reta final do segundo mandato fazendo um balanço dos quase oito anos de gestão. Em entrevista exclusiva à Associação dos Jornais e Portais do Paraná (ADIPR), da qual o Jornal O Comércio faz parte, o governador falou sobre economia, infraestrutura, saúde, educação, segurança pública e a relação do Estado com os municípios.

Ratinho Junior também abordou o cenário político para as eleições de 2026 e a sucessão no Palácio Iguaçu. Na entrevista a seguir, o governador aponta as principais marcas que pretende deixar de sua administração e comenta os desafios para a continuidade dos projetos em andamento no Estado.

Qual o balanço da gestão ao longo desses quase oito anos?

Enfrentamos diversos cenários e mostramos que o trabalho de um grande time fez a diferença nos últimos anos. Passamos pela pandemia com equilíbrio, organizamos as contas públicas e trabalhamos ao lado do setor produtivo e dos municípios.

E o Paraná cresceu muito. Alcançamos o maior PIB da nossa história, os maiores investimentos públicos em décadas e atraímos R$ 400 bilhões em novas indústrias. Temos a menor taxa de desemprego e políticas de cuidado com as pessoas.

O Paraná cresceu sem deixar que divergências políticas prejudicassem o nosso desenvolvimento. Focamos em parcerias técnicas para viabilizar obras, como o grande pacote com a Itaipu, que deu origem à nova Ponte da Integração, e as novas concessões, com R$ 60 bilhões em obras, em vez de alimentar confrontos ideológicos.

Esta também é uma gestão marcada por obras históricas, aguardadas há décadas pelos paranaenses. Destaco algumas das mais emblemáticas: a Ponte de Guaratuba, o Trevo das Cataratas, a duplicação da Rodovia dos Minérios e a modernização e ampliação estrutural do Porto de Paranaguá.



Foto: Divulgação/Reprodução



É a sensação de dever cumprido e de trabalho bem-feito.

Quais são as principais marcas que vão deixar a assinatura de Ratinho Junior no Paraná?

O resultado do Paraná no Ideb, que conquistou o 1º lugar nacional nas três etapas avaliadas da educação básica. Esse bom desempenho, assim como nos anos anteriores, é resultado de planejamento, inovação pedagógica e valorização dos profissionais da rede pública estadual.

Outra marca do nosso governo é a política de saúde descentralizada, que leva atendimento médico especializado e hospitais para mais perto da população. Entre novas obras e reformas, são 50 novos hospitais em todas as regiões.

Nosso objetivo é acabar com o chamado "turismo de ambulância", evitando que pacientes precisem viajar por horas para conseguir consultas com especialistas ou cirurgias. Com isso, também reduzimos a sobrecarga dos hospitais de referência e fortalecemos a rede regional de atendimento.

Mais uma marca simbólica é o programa de concessões do Paraná, um modelo que priorizou a transparência, o preço justo e a garantia de obras. Após um modelo antigo e fracassado, que fizemos questão de enterrar, esse novo processo ocorreu com muito diálogo com o setor produtivo e a sociedade civil, para evitar problemas e garantir que os paranaenses tenham as melhores estradas do Brasil.

Outro marco foi a modernização e a ampliação do Porto de Paranaguá, decisivo para o crescimento econômico e para a atração de novas indústrias e investimentos. Ele era motivo de vergonha no passado. Agora, nosso complexo portuário foi eleito diversas vezes o mais eficiente do Brasil, resultado de investimentos públicos e privados.

O Moegão, por exemplo, é a maior obra portuária em andamento no país, com investimento de cerca de R$ 600 milhões. Também leiloamos todas as áreas ociosas e atraímos mais de R$ 5 bilhões em investimentos para os próximos anos.

Foi uma gestão municipalista?

Eu acredito na política municipalista, que respeita as cidades e escuta os prefeitos, aliada à destinação de recursos e à autonomia dos municípios. Um exemplo é o Asfalto Novo, Vida Nova, voltado a eliminar a poeira e a lama em municípios de pequeno porte por meio de repasses estaduais a fundo perdido.

Além da pavimentação, entregamos infraestrutura completa: galerias pluviais, calçadas acessíveis e iluminação em LED. Até agora, foram mais de 530 quilômetros de asfalto em mais de 180 municípios, com obras concluídas ou em estágio avançado.

Na mesma linha, temos o programa Estrada Boa, que investiu mais de R$ 3,5 bilhões para pavimentar e recuperar cerca de 2.600 quilômetros de estradas rurais em mais de 260 cidades. Esse investimento facilita o transporte das safras, melhora o tráfego de ônibus escolares e de veículos da saúde, além de facilitar o deslocamento dos moradores do campo. O objetivo é que 389 estradas sejam pavimentadas em todas as regiões do Paraná.

Outra prova da gestão municipalista é o número recorde de repasses e parcerias com os municípios. Esse crescimento demonstra o fortalecimento das relações institucionais e o empenho em ampliar o alcance das políticas públicas. No fim, o resultado é a melhoria da qualidade de vida da população.

O último levantamento do Ipardes mostra que 317 dos 399 municípios, ou mais de 79% do total, apresentam desempenho de médio a alto nas áreas de renda, educação e saúde. Nenhum município está no nível mais baixo do indicador.

O Paraná ultrapassou o Rio Grande do Sul e agora é a quarta maior economia do Brasil. Como essa mudança impacta o dia a dia dos paranaenses?

Impacta no resgate da autoestima. Somos o estado que mais cresce no Brasil, gerando empregos, atraindo investimentos e criando novas oportunidades. Isso é resultado da reforma da máquina pública, somada ao planejamento de médio e longo prazo. É necessário ter estratégia de desenvolvimento e industrialização.

Hoje, somos a quarta economia do Brasil porque mudamos a visão. Voltamos o olhar para aquilo que é a nossa vocação: a produção de alimentos. Em vez de apenas exportar grãos, passamos a industrializar e agregar valor. E, a partir do campo, temos capacidade de fomentar ou-



Foto: Divulgação/Reprodução

tras cadeias, como as de biogás e biometano.

Eu sou "pé-vermelho" com orgulho, nascido em Jandaia do Sul, e levei o nome do Paraná para o Brasil e o mundo, evidenciando seu potencial econômico, sua infraestrutura, o turismo e os programas sociais.

Outro reflexo é que mais turistas estão conhecendo as belezas do Paraná. No ano passado, o Estado recebeu 1 milhão de turistas internacionais, superando o recorde pré-pandemia de 2019.

Segurança pública é um tema nacional de grande relevância. Como você lidou com a questão?

Com investimento e seriedade. Estruturamos todas as forças de segurança, modernizamos carreiras, criamos a Polícia Penal, temos a Polícia Científica mais moderna do Brasil, demos independência ao Corpo de Bombeiros e promovemos uma atuação totalmente integrada entre as polícias Civil e Militar.

Contratamos mais de 8 mil novos profissionais e investimos quatro vezes mais do que no passado. Agora, temos blindados, helicópteros, fuzis, novas viaturas, armamentos de ponta, embarcações e câmeras com IA. Saímos de R$ 2 bilhões para R$ 8 bilhões em investimentos. Este é o governo que mais fez pela segurança pública.

Com isso, o Paraná reduziu os índices de criminalidade para os menores patamares dos últimos 20 anos. Não temos mais roubos a banco, e crimes patrimoniais, como furtos de celulares, estão nos menores patamares de todo o país. Damos segurança à população do campo e da cidade.

O PSD hoje administra mais de 200 prefeituras e tem a maior bancada de deputados federais. Nesta reta final de mandato, você acha que construiu uma nova força política no Estado e que tem potencial para fazer seu sucessor?

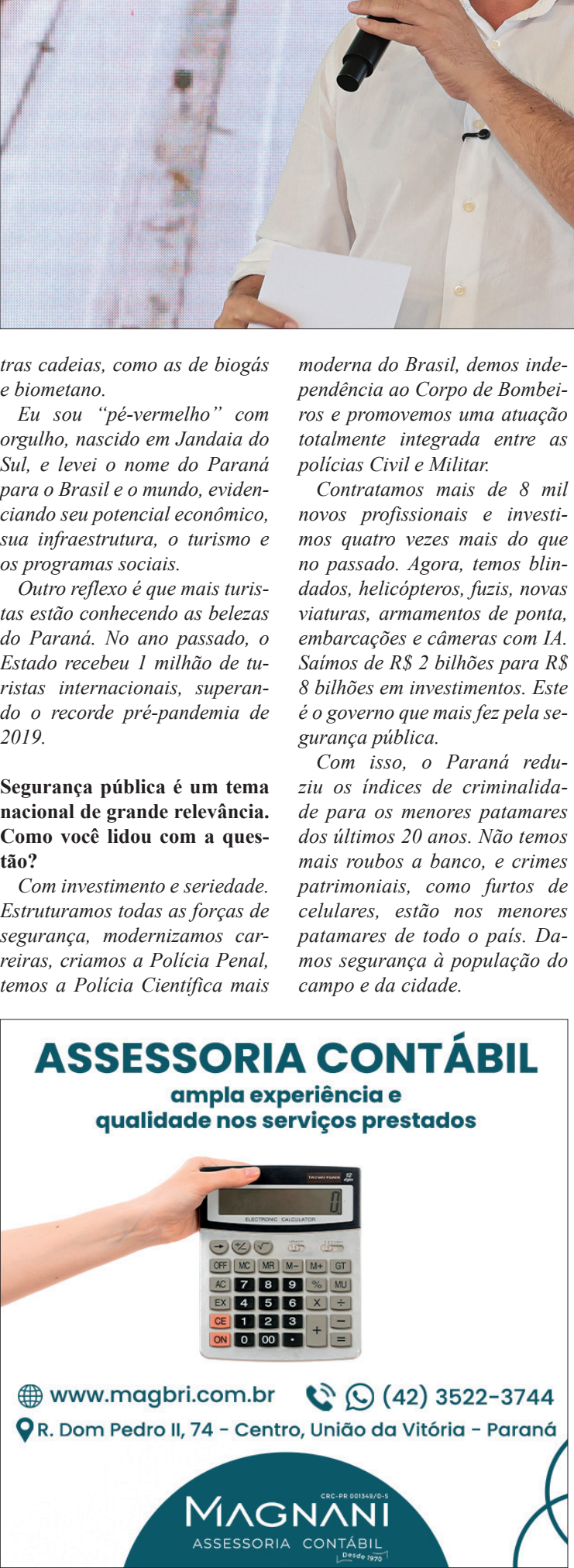
Nosso governo prezou, desde o primeiro dia, pelo diálogo e pela transparência, mantendo os debates ideológicos centrados em Brasília. E Sandro Alex, meu candidato, sempre esteve no centro da nossa gestão. Nesses sete anos e meio, construí uma relação de parceria com os municípios e com as lideranças políticas locais, que foram fundamentais para destravar obras importantes.

Afastar a polarização política do Paraná permitiu que novos investimentos chegassem ao Estado e impulsionou o PIB paranaense. Nós focamos em entregas e no funcionamento da máquina pública. Minha prioridade sempre foi uma gestão inovadora, humana e comprometida com o desenvolvimento social e econômico do Estado.

É por isso que Sandro Alex é o caminho da segurança, que vai fazer o Paraná manter o ritmo. A médio prazo, podemos ser a terceira maior economia do Brasil. Mas, para isso, não podemos perder tempo com burocracias, atrasos e disputas que só servem a egos pessoais.

Sobre a ADIPR

A ADIPR – Associação dos Jornais e Portais do Paraná congrega 50 veículos de comunicação, entre jornais impressos e portais de notícias, distribuídos pelo Paraná.





[PeloEstado] ENTREVISTA

"O desafio é não baixar a guarda e manter o nosso estado como o mais próspero e seguro do Brasil"

Jorginho Mello, candidato à reeleição para o governo de Santa Catarina

Jorginho Mello é candidato ao governo de Santa Catarina pelo PL. Atual governador, ele busca a reeleição tendo Adriano Silva (Novo) como candidato a vice. Foi senador pelo estado entre 2019 e 2022, até renunciar para assumir o governo após sua vitória nas eleições de 2022. Atualmente, ele é o presidente estadual do Partido Liberal (PL).

Pelo Estado - Qual projeto o senhor considera que mudou efetivamente a vida dos catarinenses?

Jorginho Mello - É difícil escolher um só, porque nós trabalhamos muito em todas as áreas, mas o programa Universidade Gratuita é a realização de um sonho. Nós criamos as maiores políticas estaduais de acesso ao ensino superior do Brasil. Já beneficiamos mais de 67 mil estudantes, garantindo o pagamento integral da graduação deles. Mas o que mais me orgulha é ver a roda girar e o retorno disso para a nossa gente. Hoje, já temos mais de 8.700 profissionais formados no ensino superior aptos a prestarem suas contrapartidas do programa e devolverem esse investimento com trabalho.

Pelo Estado - Qual é a principal diferença entre o Jorginho Mello que assumiu o governo em 2023 e o candidato que hoje pede mais quatro anos?

Jorginho Mello - O Jorginho Mello é o mesmo, um filho dessa terra com a mesma vontade de trabalhar, mas o Estado que eu governo hoje é completamente diferente daquela bagunça que nós recebemos. Quando assumi em 2023, nós encontramos todo o sistema de Saúde na UTI, com hospitais caindo aos pedaços. Nas finanças, tivemos que lançar o Pafisc para dar um freio na desgraceira e arrumar a casa. Hoje, eu me apresento com um Estado que saltou da nota B para A+ na avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional. Hoje, eu chego aqui com 100% das ações do nosso Plano de Governo em andamento. Além disso, alcançamos o Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública. Ou seja, o Jorginho de hoje deixou a casa arrumada e os catarinenses têm agora um Governo do Estado com eficiência comprovada pra fazer os investimentos que o catarinense precisa.

Pelo Estado - O que o senhor reconhece que não conseguiu entregar no primeiro mandato e pretende concluir em um segundo?

Jorginho Mello - A gente avançou muito, mas eu sou exigente e sei que sempre dá pra fazer mais. Na infraestrutura, por exemplo, nós pegamos o Estado com um cenário assustador, onde pouco mais de 26% das rodovias estaduais estavam em boas ou ótimas condições. Com o Programa Estrada Boa, nós conseguimos chegar até aqui com 95% da nossa malha classificada como ótima ou boa. Mas a minha meta é encerrar 2026 sem nenhum trecho considerado ruim ou péssimo para trafegar. Na saúde, nós conseguimos praticamente zerar aquela fila de mais de 100 mil pessoas. Mas o desafio não acaba aí, e nosso compromisso de conclusão na terceira etapa do mutirão é garantir que todos os pacientes consigam a sua cirurgia com no máximo seis meses de espera.

Pelo Estado - Quais as suas prioridades para este possível próximo mandato?

Jorginho Mello - A nossa prioridade absoluta vai continuar sendo cuidar das pessoas. Mas agora, com as contas em dia, nós vamos focar na execução do programa Avança SC - Estratégia de Desenvolvimento Estadual 2035. Esse plano foi finalizado no fim de 2025 para colocar Santa Catarina na vanguarda do crescimento nacional e da gestão pública moderna e eficiente. Na educação, vamos ampliar os investimentos no ensino técnico profissionalizante. E na nossa malha viária, vamos reforçar o Estrada Boa Rural, que está dobrando de tamanho a malha municipal pavimentada do estado.

Pelo Estado - As filas para consultas, exames e cirurgias ainda são uma preocupação em Santa Catarina. Qual é a meta concreta para reduzir definitivamente essas filas?

Jorginho Mello - Nós arregaçamos as mangas e criamos a Tabela Catarinense, que paga até 12 vezes a mais que a tabela do SUS por procedimentos de alta complexidade. O nosso planejamento para as filas de cirurgia possui três etapas claras. A primeira já vencemos, que foi praticamente zerar os mais de 100 mil pacientes que aguardavam desde antes de 2023. A etapa 2, que é onde estamos atuando pesado, foca em zerar a espera daqueles pacientes que entraram na fila enquanto o governo tirava esse atraso de mais de uma década. E a meta concreta final, a nossa etapa 3, é garantir que o limite de tempo para qualquer paciente aguardar por sua cirurgia seja de no máximo seis meses.

Pelo Estado - Santa Catarina tem mais de 500 mil estudantes na rede estadual. Qual será a principal prioridade para melhorar a qualidade do ensino nos próximos quatro anos?

Jorginho Mello - A nossa grande prioridade é continuar investindo pesado tanto no aprendizado quanto na infraestrutura escolar, porque uma coisa não caminha sem a outra. Com o programa Escola Boa, nós já estamos fazendo grandes melhorias estruturais, reformando e ampliando nossas unidades. Eu tenho um orgulho imenso de dizer que Santa Catarina se tornou o primeiro Estado do Brasil a ter ar-condicionado instalado em absolutamente todas as mais de 14 mil salas de aula das nossas 1.038 escolas estaduais. O futuro das novas gerações está nas salas de aula. A nossa grande prioridade é capacitar os jovens para os desafios do futuro através do ensino profissionalizante.

Pelo Estado - Santa Catarina é conhecida pelos bons indicadores de segurança. Qual é hoje o maior desafio que ainda preocupa o governo?

Jorginho Mello - O desafio é não baixar a guarda e manter o nosso estado como o mais próspero e seguro do Brasil. Para manter isso, continuaremos investindo em tecnologia de ponta, viaturas e armamentos para as polícias. E não podemos esquecer que a nossa menor taxa de desemprego da história, de 2,2% em 2025, traz dignidade e contribui diretamente para a redução da violência.

Pelo Estado - Como o Estado pretende resolver os gargalos logísticos que prejudicam o transporte de mercadorias e a competitividade?

Jorginho Mello - A maior resposta que a gente tem dado é com trabalho duro através da maior ofensiva de recuperação viária já executada em Santa Catarina. Com o Programa Estrada Boa, estamos atualmente com 95% das rodovias estaduais como ótimas ou boas. Neste exato momento, empresas interessadas estão apresentando propostas para a licitação que vai iniciar a construção da VIAMAR, uma rodovia estadual paralela à BR-101 que servirá como alternativa, já que quem deveria resolver não fez nada. Temos separados R$ 2,2 bilhões para fazer o lote 4, que é o trecho mais crítico e conectará com uma nova rodovia triplicada as cidades de Navegantes e Luís Alves com as cidades de Brusque e Itajaí, Nossos aeroportos nunca tiveram tantas conexões, têm batido recordes todos os anos. E nossos portos seguem o mesmo caminho, é recorde em cima de recorde, com projetos de expansão em andamento.

Pelo Estado - Como preparar Santa Catarina para os impactos da inteligência artificial e da automação no mercado de trabalho?

Jorginho Mello - Nós já estamos preparando o nosso povo na prática, porque o catarinense é inovador por natureza e o Estado tem a obrigação de dar as ferramentas para a nossa gente sair na frente. O último relatório que recebi trazia que no curso "IA na Prática" tem mais de 45 mil catarinenses aprendendo a usar a inteligência artificial no dia a dia, além de outros milhares focados em programação no Carreira Tech e no IA para Devs. Mas não basta só formar, precisamos de um ambiente forte para os negócios de tecnologia. Por isso, nós expandimos a nossa Rede Catarinense de Centros de Inovação de 15 para 24 unidades, entregando novos centros em Itajaí, Tubarão, Criciúma e Rio do Sul. E para garantir que o micro e pequeno empreendedor não fique para trás, nós criamos o Pronampe Inovação, que já liberou mais de R$ 18,5 milhões em crédito para essas pequenas empresas e startups. É assim que a gente prepara Santa Catarina para o amanhã: com qualificação de ponta, crédito acessível e tecnologia espalhada por todas as regiões.



Foto: Roberto Zacarias/Secom

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

/peloestado peloestado.com.br

Produção e edição: *ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes.*
Contato peloestado@gmail.com
Diagramação: *Celina Sales*

RESPIRE! JOC

Seu momento de entretenimento analógico!



HORÓSCOPO

PREVISÃO PARA A SEMANA

João Bidu

JOAOBIDU.COM.BR



ÁRIES 21/03 - 20/04

Sexta-feira chega com sorte, energia e boas oportunidades de diversão e ganhos. Aproveite o dia com leveza e atenção aos relacionamentos, evitando conflitos. O amor pode começar tenso, mas melhora com sensibilidade, e novas paixões podem surgir. Prepare-se para um fim de semana cheio de emoções.



TOURO 21/04- 20/05

Dia de boas energias no lar e oportunidades de lucros, graças ao efeito positivo de Júpiter e Lua. No trabalho, seja realista e dedicado, pois desafios podem surgir. Mantenha o equilíbrio emocional, especialmente na manhã, mas à tarde a paixão promete emoções intensas.



GÊMEOS 21/05 - 20/06

Hoje o seu bom humor e empatia vão contagiar os outros, facilitando contatos e diálogos positivos. No trabalho, sua habilidade de convencer e unir esforços fica em alta, ideal para colaborar com colegas. No amor, oportunidades surgem, mas vá com calma e não aposte tudo em uma só direção.



CÂNCER 21/06 - 21/07

Hoje, negócios e finanças brilham. Na carreira, a concorrência aperta, mas sua dedicação vai fazer a diferença. No lar, ajustes na comunicação trazem mais harmonia. O amor pede segurança emocional, fortalecendo seu relacionamento ao lado de quem ama. Aproveite o dia para avançar!



LEÃO 22/07 - 22/08

Dia de sorte para os leoninos, com energias que favorecem prosperidade e oportunidades extras de ganho. No amor, seja cuidadoso nas palavras para evitar mal-entendidos; o relacionamento pode melhorar com diálogo. Aproveite seu charme para atrair boas paquera e viver momentos especiais.



VIRGEM 23/08 - 22/09

Hoje você vai sentir o lar como um porto seguro, com harmonia e bem-estar com as pessoas próximas. No entanto, é importante ficar atento às finanças e evitar gastos impulsivos. No amor, espere altos e baixos, mas a atração por alguém conhecido deve aquecer o coração.



LIBRA 23/09 - 22/10

Hoje, Vênus influencia suas relações, e sua simpatia ajuda a resolver tensões. No trabalho, seu talento para conciliar interesses é essencial para manter a harmonia. No amor, a paciência garante momentos melhores e, se estiver solteira, um sentimento especial pode surgir logo no primeiro encontro.



ESCORPIÃO 23/10 - 21/11

Hoje, cuide da sua saúde, especialmente nas articulações, pele, dentes e ossos. No trabalho, Júpiter traz boas oportunidades e notícias financeiras favoráveis. Na paixão, o dia promete evolução e surpresas nas paqueras, com mais confiança no relacionamento a dois. Aproveite o dia!



SAGITÁRIO 22/11 - 21/12

Hoje é um dia cheio de boas energias, ideal para mostrar seu talento no trabalho e aproveitar seu carisma nos contatos. Valorize amizades e mantenha os pés no chão no amor. Com o clima mais leve à noite, a paixão pode reservar momentos especiais.



CAPRICÓRNIO 22/12 - 20/01

Cuide do seu bem-estar emocional e evite se estressar com o que não pode resolver agora. No trabalho, seja mais tolerante com colegas e familiares. À noite, o romance melhora e a atração por alguém misterioso pode surgir. Mantenha o equilíbrio e a calma.



AQUÁRIO 21/01 - 19/02

Hoje, você pode aproveitar boas oportunidades profissionais, destacando-se em reuniões e formando parcerias promissoras. Nos relacionamentos, seja paciente pela manhã. No amor, evite se empolgar demais nos contatinhos, mas o clima pode ficar mais harmonioso mais tarde.

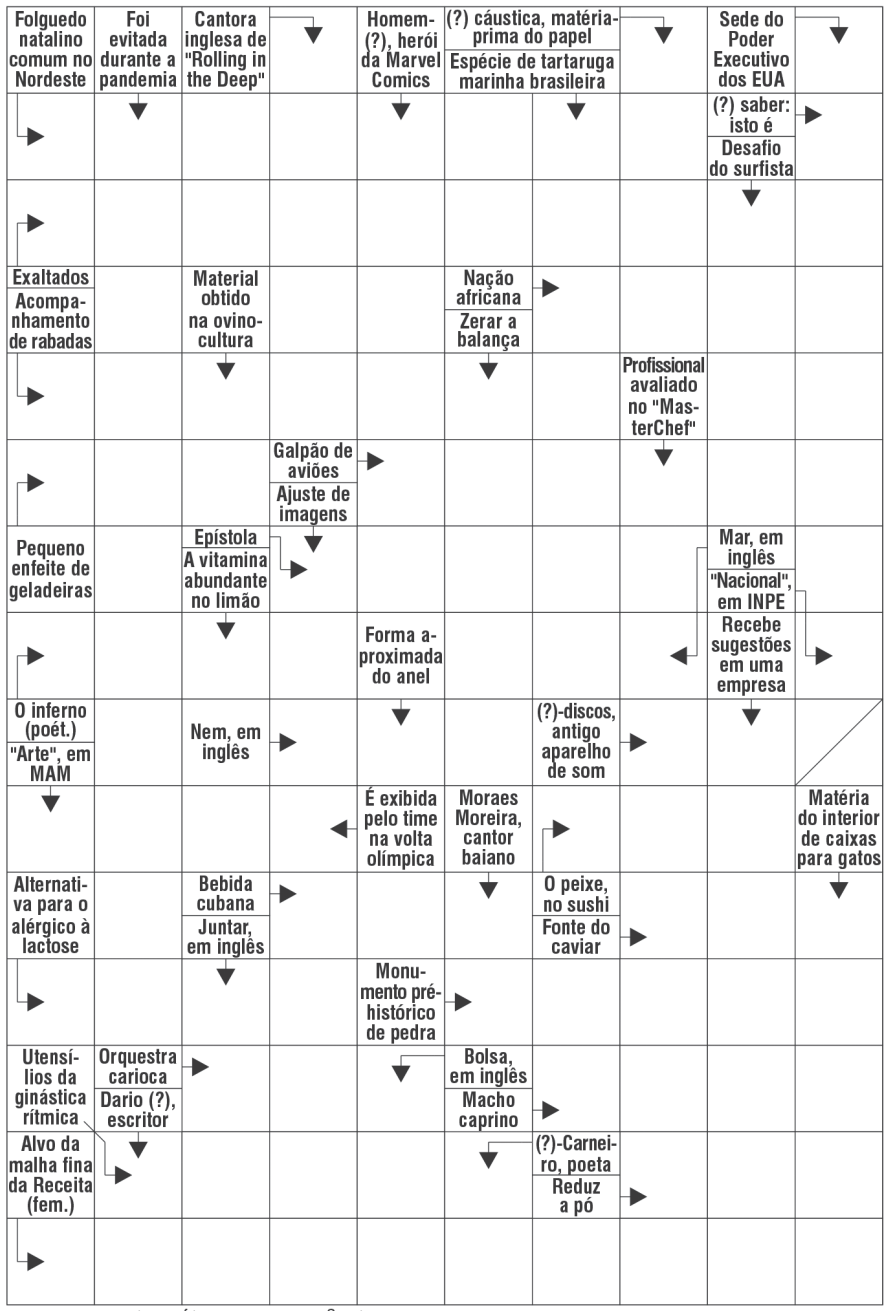


PEIXES 20/02 - 20/03

Dia de sorte para os piscianos, com energias que elevam sua autoestima e conquistam reconhecimento profissional. No financeiro, atenção aos imprevistos e controle dos gastos. No amor, o sucesso está no ar, mas cuidado para não se empolgar demais. Aproveite o dia com equilíbrio.

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



BANCO 3/bag — nor — sea. 4/join. 5/adele. 6



Solução

S	O	N	E	G	A	D	O	R	A	
	F	I	T	A	S		M	O	I	
E		D	O	B		B	O	S		
R	I	N	E	M		A	R	U	J	O
A	V	O		M	U	R		A	Ç	A
	A	C	R	U			C	T	O	Ç A
N		S	E	A		O	N	O	R	O
A		T	A	R	A	C		E		
R	A	G	N	A	H		Ã	M	I	
B	D		A	T	N	E	L	O	P	
A	N	A	G		A	L		E	G	A
S	O	D	I	R	R	E	U	G	A	
A		O	G	N	A	D	N	A	F	
C			S				A			





Informando

Brittes Antônio Brittes
colunista@jornalocomercio.com

Lançamento

No dia 05 de setembro, às 15 horas, no museu Professor Aniz Domingues, acontece o lançamento do livro "O D'Artagnann Caboclo", de autoria de Glaci Pacheco dos Santos, que foi minha aluna, quando adolescente, no Colégio Santos Anjos.

Foto: Reprodução/mídia social



História

Glaci relata detalhes importantes de seu saudoso pai, João Pacheco dos Santos, conhecido em nossa região como "João de Botas". O homem, a lenda, a história nunca contada de Jango de Botas.

Paradoxo (I)

Todo ciclo eleitoral brasileiro carrega o mesmo paradoxo: escolhemos quem vai administrar bilhões em orçamento público, definir políticas de segurança, saúde e educação para 215 milhões de pessoas, e o fazemos depois de um debate público oficial que dura na prática 45 dias.

Paradoxo (II)

O Brasil continuará repetindo o mesmo ritual: um eleitor que decide na última hora, decisões do governo com mandato frágil de legitimidade deliberativa, e um debate público que se resume, na prática a 45 dias para escolher os próximos 4 anos do País.

Registraram

25 pessoas registraram "Bolsonaro" para ser exibido na urna eletrônica nestas eleições. Em 2022 havia 22 candidatos utilizando o nome Bolsonaro. Do outro lado, com o nome "Lula" são 12 candidatos; em 2022 eram 15.

Elogiado

O prefeito de Porto União, Juliano Hassan, continua sendo elogiado no interior do município pela implantação do "Transporte Gratuito Rural". Mais uma comodidade para quem vive no interior, que não tinha nenhum tipo de transporte.

Determinou

O prefeito Ary Carneiro Junior, mesmo em um período de chuvas, determinou que a Secretaria de Obras realize melhorias e manutenção nas estradas rurais e ruas dos bairros de União da Vitória.

Registros

No Paraná são 8 registros de governador, 8 registros de vice-governador, 9 de senador, 9 de 1º suplente, 8 de 2º suplente, 414 candidatos a deputado federal e 606 candidatos a deputado estadual.

Concorrentes

No quadro disponibilizado pelo sistema eleitoral aparecem como concorrentes ao governo: Adriano Teixeira (PCO), Alexandre Salomão (Mobiliza), Luiz França (Missão), Requião Filho (PDT), Samuel de Matos (PSTU), Sandro Alex (PSD), Sergio Moro (PL) e Tainá Miessa (UP).

Senado

A disputa pelo senado tem Alexandre Curi, Cristina Graeml, Deltran Dallagnol, Dr. Rosinha, Filipe Barros, Gleisi Hoffmann, Joaquim do MLB, Karen Guerreiro e Marcelo Marcelino.

ARTIGO

O AGRO NAS URNAS

Por Ágide Eduardo Meneguette

A população brasileira está a poucos meses de escolher seus novos representantes, nas esferas estadual e federal, para os próximos quatro anos. Vamos definir nossos deputados estaduais e federais, governadores e presidente da República para que possam legislar e administrar Estados e o país em prol de cada cidadão, da melhoria da qualidade de vida, educação, segurança, economia e tantos outros pilares da nossa sociedade, como o setor agropecuário.

Com as prévias dos partidos bem encaminhadas, já é possível desenhar um cenário dos candidatos. Esses, nos próximos meses e independentemente do cargo pleiteado, vão expor suas ideias, projetos e promessas para conquistar o eleitor, que precisa estar aberto para escutar as propostas.

Neste momento, nós, produtores rurais e demais profissionais do meio rural, precisamos identificar os candidatos que empunham a bandeira do campo. Primeiro, porque esses conhecem as necessidades, dores e demandas dos nossos agricultores e pecuaristas e também as adversidades enfrentadas pelo setor. Mas, o principal motivo envolve o fato de que precisamos criar, urgentemente, um ecossistema favorável, com representantes ativos, com voz forte e que trabalhem incansavelmente para e pela agropecuária. Afinal, somos o motor da economia nacional há décadas.

Hoje estamos desamparados em algumas esferas de Poder. A agropecuária enfrenta endividamento estratosférico, rigidez nas regras ambientais, invasões de propriedades privadas, insegurança jurídica, queda nos preços das commodities, aumento significativo no custo de produção, entre outros tantos fatores que têm tirado o sono do produtor rural. Por outro lado, poucas são as vozes que realmente defendem políticas públicas voltadas para quem produz alimento em uma indústria a céu aberto, de sol a sol (ou debaixo de chuva), de segunda a segunda, os 365 dias do ano, de forma ininterrupta.

O estatuto do Sistema FAEP proíbe ações político-partidárias. Nunca fizemos e não faremos campanha para qualquer candidato e/ou partido. Isso porque somos uma entidade apartidária, que sempre trabalhou e vai continuar trabalhando com quem está ocupando as cadeiras dos Poderes Legislativo e Executivo, para defender os interesses do produtor rural.

Isso não impede de participarmos do processo eleitoral. Inclusive, a primeira ação já está em andamento. O Sistema FAEP construiu, de forma coletiva com seus 163 sindicatos rurais do Paraná, dois documentos com propostas que estão sendo entregues aos candidatos aos governos estadual e federal. O propósito é contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas ao nosso setor. O material reúne sugestões em áreas como segurança rural, infraestrutura, logística, política agrícola, medidas econômicas, boas práticas agropecuárias, agricultura, pecuária e meio ambiente.

A outra ação parte de cada agricultor e/ou pecuarista entre os milhões espalhados pelo Paraná e demais Estados deste país. Precisamos identificar quem vai trabalhar, ao longo dos próximos quatro anos, em prol do nosso setor, com afinco, para resolver os problemas do campo.

Com a proximidade do dia 04 de outubro, data do primeiro turno das Eleições, esse trabalho de distinguir os candidatos alinhados com os propósitos do setor agropecuário é fundamental. Afinal, nosso partido é o Agro e o nosso candidato é quem trabalha por nós!

Ágide Eduardo Meneguette é presidente do Sistema FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná)



JOC COLUNA SOCIAL

RADAR



POR ANA CABRAL & SITAMAR BRITTES



Mãe, avó, bisavó e uma talentosa costureira de alta-costura, **Silvia Tilgner** construiu uma linda história marcada pelo amor, pela dedicação e pelo talento. No domingo, 23, sua família celebra com orgulho seus **89 anos** agradecendo por sua presença, seus ensinamentos e por tantas memórias especiais. Feliz aniversário, que sua vida continue sendo celebrada com muito amor, saúde e alegria.

UGV celebra 25 anos de história e compromisso com a educação

Na quinta-feira, 20, a **UGV** celebrou uma data muito especial: seus **25 anos de história**. A trajetória iniciou em **20 de agosto de 2001**, uma segunda-feira, que marcou o primeiro dia de aulas da então Uniguaçu.

Ao longo dessas duas décadas e meia, muita coisa mudou. Vieram novos cursos, novos espaços, projetos, conquistas e, também, um novo nome. A instituição cresceu, ampliou sua atuação e se consolidou como referência em ensino superior no Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina.

Com o olhar voltado para o futuro, a **UGV** comemora seus 25 anos reafirmando seu propósito de formar profissionais preparados para contribuir com a sociedade e deixando registrada uma trajetória marcada por ensino para valer e compromisso social. Parabéns!



Camila Patruni celebrou aniversário nesta quinta-feira, 20, e recebeu o carinho dos familiares e amigos. Parabéns, **Camilinha**!



O **médico veterinário Mayron Albert M. Reolon** fez aniversário na quarta-feira, 19, e recebeu o carinho de familiares e amigos. Parabéns!











Empresa: IP FOCO CONCESSIONARIA DE ILUMINACAO PUBLICA DE UNIAO DA VITORIA SPE S/A
C.N.P.J.: 40.178.397/0001-20
Balanço encerrado em: 31/12/2025

Folha: 0001
Emissão: 28/05/2026
Hora: 16:37:08

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	5.569.301,01D
ATIVO CIRCULANTE	4.732.075,31D
DISPONÍVEL	2.521.210,93D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	94,10D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	2.521.116,83D
CLIENTES	1.531.575,10D
CONTAS A RECEBER	1.531.575,10D
OUTROS CRÉDITOS	570.661,03D
OUTRAS CONTAS A RECEBER	4.550,20D
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	566.110,83D
ESTOQUE	99.270,51D
ALMOXARIFADO	4.787,05D
ESTOQUE SERVIÇOS	94.483,46D
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	9.357,74D
DESPESAS DE MESES SEGUINTES	9.357,74D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	837.225,70D
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	911,20D
OUTROS CRÉDITOS	911,20D
TRIBUTOS DIFERIDOS	836.314,50D
TRIBUTOS DIFERIDOS	836.314,50D
PASSIVO	5.569.301,01C
PASSIVO CIRCULANTE	3.467.375,49C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	14.504,65C
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	8.724,53C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	5.780,12C
FORNECEDORES	105.961,40C
FORNECEDORES	97.086,77C
CONTAS A PAGAR	8.874,63C
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.035.734,17C
EMPRÉSTIMOS	3.035.734,17C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	311.175,27C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	311.175,27C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	3.506.427,11C
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.506.427,11C
EMPRÉSTIMOS	3.264.265,83C
TRIBUTOS DIFERIDOS - ICPC01	164.642,93C
CONTAS A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS	77.518,35C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.404.501,59D
CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00C
CAPITAL INTEGRALIZADO	2.000.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.404.501,59D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.404.501,59D

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2025

Descrição	Saldo	Total
RECEITAS OPERACIONAIS	3.755.736,68	3.755.736,68
DEDUCOES		
(-) IMPOSTOS CORRENTES	(182.762,76)	
(-) IMPOSTOS DIFERIDOS	(164.642,93)	(1.857.819,86)
CUSTOS DE MODERNIZACAO	(5.352.531,31)	(5.352.531,31)
CUSTOS DE OPERACAO E MANUTENCAO	(403.406,77)	(403.406,77)
RESULTADO OPERACIONAL		(3.858.021,26)
RESULTADO DE INVESTIMENTO	55.287,59	55.287,59
RESULTADO DE FINANCIAMENTO	(438.081,42)	(438.081,42)
RESULTADO ANTES DO IR CSLL		(4.240.815,09)
PROVISOES PARA IR E CSLL	836.314,50	836.314,50
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(3.404.500,59)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	
	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2024	200.000,00	-1,00	199.999,00
Aumento de Capital	1.800.000,00		1.800.000,00
Prejuízos Acumulados		-3.404.500,59	-3.404.500,59
Saldo em 31/12/2025	**2.000.000,00**	**-3.404.501,59**	**-1.404.501,59**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado do período	(3.404.500,59)
Tributos Diferidos	(671.671,57)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO ANTES DAS MUDANÇAS NO CAPITAL DE GIRO	(4.076.172,16)
(Aumento) Redução em contas a receber e outros	(2.112.505,07)
(Aumento) Redução nos estoques	(99.270,51)
Aumento (Redução) em fornecedores	97.086,77
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	412.072,90
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	(5.778.788,07)
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(5.778.788,07)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(5.778.788,07)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	1.800.000,00
Empréstimos tomados	6.300.000,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	8.100.000,00
Aumento nas Disponibilidades	2.321.211,93
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	199.999,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	2.521.210,93

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Valores expressos em Reais (R$), salvo indicação em contrário.

NOTA 1 — CONTEXTO OPERACIONAL E BASE DE ELABORAÇÃO

1.1 Contexto

A IP Foco Concessionária de Iluminação Pública de União da Vitória SPE S/A (doravante "Companhia" ou "IP Foco") é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída exclusivamente para a execução do Contrato de Parceria Público-Privada nº 340/2020, firmado em 28 de dezembro de 2020 com o Município de União da Vitória, Estado do Paraná, complementado pelo Termo de Acordo celebrado em 12 de junho de 2025 e pela Ordem de Serviço de início das atividades operacionais assinada em 1º de julho de 2025.

O exercício de 2025 corresponde ao primeiro semestre efetivo de execução contratual (julho a dezembro de 2025), caracterizado pela fase simultânea de investimentos intensivos de modernização (CAPEX) e de início da prestação dos serviços de operação e manutenção (OPEX).

1.2 Base de Elaboração e Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), convergidas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), em especial:

- ICPC 01 R1 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços;
- CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente;
- CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro;
- CPC 05 R1 / IAS 24 - Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

1.3 Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real brasileiro (R$). Todas as transações são realizadas em moeda nacional.

NOTA 2 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Reconhecimento de Receitas - Contratos de Concessão (IFRIC 12 / CPC 47)

Nos contratos de concessão de serviços públicos regidos pelo IFRIC 12 (ICPC 01 R1), a Companhia não reconhece os ativos construídos como imobilizado próprio, uma vez que o controle da infraestrutura permanece com o Poder Concedente e os bens são reversíveis ao término do contrato. Em vez disso, todo investimento de modernização é registrado como Ativo Financeiro, representando o direito contratual de receber fluxos de caixa do Município ao longo da vigência da concessão.

O CPC 47 exige o reconhecimento proporcional de Receita de Construção ao valor dos serviços executados, ainda que sem ingresso de caixa imediato. A receita é mensurada pelo Método do Percentual de Conclusão (POC), aplicado sobre a receita total de CAPEX prevista contratualmente, e trazida a valor presente pela taxa de desconto de 5,99% a.a., fixada na data de assinatura do contrato como *benchmark* da linha BNDES Finem — Eficiência Energética então vigente, nos termos do CPC 12.

2.2 Ativo Financeiro de Concessão

O Ativo Financeiro de Concessão é mensurado inicialmente pelo valor justo dos serviços prestados e subsequentemente pelo custo amortizado, acrescido dos juros de financiamento calculados pela taxa efetiva (5,99% a.a.), nos termos do CPC 48 / IFRS 9.

A parcela corrente reflete os recebimentos esperados nas próximas 12 competências por conta das contraprestações municipais destinadas a amortização do ativo.

2.3 Tributos Diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos, conforme o CPC 32. O principal componente é a diferença entre a Receita de Construção reconhecida contabilmente pelo regime de competência e a tributação sobre essa receita que ocorre somente no momento do efetivo recebimento das contraprestações.

Os Ativos Fiscais Diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos até o limite da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com limite de utilização de 30% do lucro de cada período, conforme legislação tributária vigente.

2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados em conformidade com o CPC 48. Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

2.5 Regime Tributário

A Companhia adota o regime de Lucro Real no exercício de 2025, conforme modelagem financeira aprovada. As alíquotas nominais aplicáveis são: IRPJ 15% (adicional de 10% sobre base superior a R$ 240.000,00), CSLL 9%, PIS 1,65% e COFINS 7,6% (regime não cumulativo).

NOTA 3 - POSIÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Os principais saldos do Balanço Patrimonial da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 são apresentados a seguir. As demonstrações financeiras completas, elaboradas em conformidade com as normas CPC/IFRS, foram aprovadas pela 1ª Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2026 e constituem documento anexo ao presente relatório.

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R$)	TOTAL (R$)
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa)		2.521.210,93
Contas a Receber - Contraprestações Municipais		(248.348,44)
Prefeitura de União da Vitória	329.302,19	
(-) Energia Elétrica Prefeitura	(577.650,63)	
Ativo Financeiro de Concessão (IFRIC 12)		1.779.923,54
Tributos a Recuperar (PIS / COFINS / IRRF)		566.110,83
Estoques (almoxarifado e serviços)		99.270,51
Outros Ativos Circulantes		13.907,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativos Fiscais Diferidos (IRPJ / CSLL)		836.314,50
Outros Ativos Não Circulantes		911,20
TOTAL DO ATIVO		**5.569.301,01**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações sociais e trabalhistas		14.504,65
Empréstimos e Financiamentos - Porção Corrente		3.035.734,17
Fornecedores e Contas a Pagar		105.961,40
Obrigações Tributárias		311.175,27
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos - Porção Não Corrente		3.264.265,83
Tributos Diferidos Passivos (PIS / COFINS)		164.642,93

CONTINUA NA PÁGINA 11

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 10

Tributos Diferidos Passivos (PIS / COFINS)	164.642,93
Contas a Pagar - Partes Relacionadas (LP operacional)	77.518,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital Social Integralizado	2.000.000,00
Prejuízos Acumulados	(3.404.501,59)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.569.301,01**

3.1 Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa

Bancos Conta Movimento — Banco Safra S.A.	R$ 94,10
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (BB, Safra, Safra Compromissada)	R$ 2.521.116,83
TOTAL CAIXA E EQUIVALENTES	**R$ 2.521.210,93**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 totaliza R$ 2.521.210,93 e corresponde a recursos de livre movimentação mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme detalhado a seguir:

Composição por instituição financeira

O saldo é composto por: Banco Safra S.A. — conta corrente de movimento: R$ 94,10; e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas junto ao Banco do Brasil, Banco Safra e Safra Compromissada: R$ 2.521.116,83.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são resgatáveis no mesmo dia e classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 03. Os saldos não estão sujeitos a restrições ou vínculos, exceto pela conta corrente de movimento do Banco Safra vinculada como condição acessória do contrato de empréstimo descrito na Nota 7.

3.2 Composição dos Tributos Correntes

As obrigações tributárias correntes registradas no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 totalizam R$ 311.175,27 e referem-se a tributos incidentes sobre a operação do exercício, apurados por competência e com vencimento no exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

INSS retido a recolher	R$ 285.930,33
ISS retido a recolher	R$ 25.002,54
IRRF retido a recolher	R$ 242,40
TOTAL TRIBUTOS CORRENTES	**R$ 311.175,27**

A Companhia não possui débitos tributários em atraso, parcelamentos ou inscrições em dívida ativa na data de encerramento do exercício. A apuração do IRPJ e da CSLL pelo Lucro Real resultou em base de cálculo negativa (prejuízo fiscal), não gerando tributo corrente a pagar no exercício de 2025, conforme demonstrado na Nota 5.4.

NOTA 4 — ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO (IFRIC 12)

4.1 Composição e Natureza

O Ativo Financeiro representa o direito contratual da IP Foco de receber fluxos de caixa do Município de União da Vitória em contrapartida aos serviços de modernização, operação e manutenção da infraestrutura de iluminação pública, ao longo dos 22,5 anos remanescentes do contrato, mensurado pelo percentual de avanço físico já executado e trazido a valor presente pela taxa contratual de 5,99% a.a., *benchmark* da linha BNDES Finem — Eficiência Energética vigente na data de assinatura do contrato, conforme exigência do CPC 12.

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R$)	TOTAL (R$)
ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO — 31/12/2025		
Ativo Financeiro - Corrente (CP)		**1.779.923,54**
Ativo Financeiro de Concessão (IFRIC 12 / ICPC 01 R1)		1.779.923,54
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		**1.779.923,54**

4.2 Investimentos Capitalizados no Período

Os custos de modernização capitalizados como Ativo Financeiro no semestre totalizaram R$ 5.352.531,31, assim compostos:

Luminárias LED e Componentes (9.342 unidades instaladas)	R$ 5.245.152,72
Instalações do Centro de Controle Operacional (CCO)	R$ 107.378,59
TOTAL CAPEX CAPITALIZADO NO PERÍODO	**R$ 5.352.531,31**

Empresa: IP FOCO CONCESSIONARIA DE ILUMINACAO PUBLICA DE UNIAO DA VITORIA SPE S/A — Folha: 0001
C.N.P.J.: 40.178.397/0001-20 — Emissão: 28/05/2026
Balanço encerrado em: 31/12/2025 — Hora: 16:37:08

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	5.569.301,01D
ATIVO CIRCULANTE	4.732.075,31D
DISPONÍVEL	2.521.210,93D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	94,10D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	2.521.116,83D
CLIENTES	1.531.575,10D
CONTAS A RECEBER	1.531.575,10D
OUTROS CRÉDITOS	570.661,03D
OUTRAS CONTAS A RECEBER	4.550,20D
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	566.110,83D
ESTOQUE	99.270,51D
ALMOXARIFADO	4.787,05D
ESTOQUE SERVIÇOS	94.483,46D
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	9.357,74D
DESPESAS DE MESES SEGUINTES	9.357,74D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	837.225,70D
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	911,20D
OUTROS CRÉDITOS	911,20D
TRIBUTOS DIFERIDOS	836.314,50D
TRIBUTOS DIFERIDOS	836.314,50D
PASSIVO	5.569.301,01C
PASSIVO CIRCULANTE	3.467.375,49C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	14.504,65C
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	8.724,53C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	5.780,12C
FORNECEDORES	105.961,40C
FORNECEDORES	97.086,77C
CONTAS A PAGAR	8.874,63C
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.035.734,17C
EMPRÉSTIMOS	3.035.734,17C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	311.175,27C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	311.175,27C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	3.506.427,11C
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.506.427,11C
EMPRÉSTIMOS	3.264.265,83C
TRIBUTOS DIFERIDOS - ICPC01	164.642,93C
CONTAS A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS	77.518,35C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.404.501,59D
CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00C
CAPITAL INTEGRALIZADO	2.000.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.404.501,59D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.404.501,59D

5.3 Composição dos Tributos Diferidos Passivos

IRPJ Diferido Passivo	R$ 420.980,89
CSLL Diferida Passiva	R$ 160.193,12
PIS Diferido Passivo	R$ 29.368,74
COFINS Diferida Passiva	R$ 135.274,19
TOTAL TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	**R$ 745.816,94**

Os tributos diferidos passivos serão revertidos proporcionalmente ao recebimento efetivo das contraprestações municipais ao longo dos 22,5 anos remanescentes da concessão, não gerando qualquer desembolso de caixa no período. O efeito líquido dos tributos diferidos sobre o resultado do exercício de 2025 é de R$ 671.671,57 favorável, conforme demonstrado na tabela acima.

5.4 Composição dos Tributos Diferidos Ativos

Os saldos referentes aos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados no exercício totalizam R$ 1.417.488,51, distribuídos da seguinte forma:

IRPJ sobre Prejuízo Fiscal	R$ 1.035.918,02
CSLL sobre Base Negativa	R$ 381.570,49
TOTAL TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	**R$ 1.417.488,51**

Os Ativos Fiscais Diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos até o limite da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com limite de utilização de 30% do lucro de cada período, conforme legislação tributária vigente.

NOTA 6 — TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o CPC 05 R1 (IAS 24 — Divulgação sobre Partes Relacionadas), a Companhia divulga a seguir todas as transações e saldos relevantes mantidos com entidades ou pessoas vinculadas, identificadas como partes relacionadas por exercerem controle, influência significativa ou controle conjunto sobre a IP Foco, ou por serem controladas, coligadas ou sujeitas a controle comum.

6.1 Identificação das Partes Relacionadas

As partes relacionadas da IP Foco, identificadas em conformidade com o CPC 05 R1, são:

PARTE RELACIONADA	VÍNCULO
TRADETEK Soluções em Iluminação Pública e Infraestrutura Ltda	Acionista
CONTREL Construções Ltda	Acionista
FORTNORT Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	Acionista
SEVEN Engenharia e Consultoria Elétrica Ltda	Acionista
Renato Gomes de Araujo	Diretor Presidente (CEO)
Elvis da Silva Cruz	Diretor Administrativo-Financeiro (CFO)
Denis Weis Naressi	Diretor de Operações (COO)
Enio Weis Naressi	Pres. Conselho Adm.
Pedro José Álvares Lopes das Neves	Diretor de Operações Adjunto (DCOO)

6.2 Natureza e Justificativa das Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas decorrem da estrutura operacional estabelecida no âmbito do Contrato de Concessão nº 340/2020. A IP Foco, na qualidade de concessionária e delegatária do serviço público de iluminação, dispõe de plena liberdade contratual para engajar terceiros na execução de parcelas das atividades de modernização e operação, valendo-se desse expediente para conferir maior eficiência à sua operação. Os serviços contratados junto às acionistas especializadas são prestados sob a fiscalização e em nome da IP Foco, que permanece como única responsável perante o Poder Concedente pelo cumprimento integral das obrigações contratuais. Tais transações são realizadas em condições equivalentes às de mercado, em conformidade com a legislação vigente e com o CPC 05 (R1).

6.3 Transações Operacionais com Partes Relacionadas — Exercício de 2025

O quadro a seguir discrimina as transações realizadas com partes relacionadas no período de julho a dezembro de 2025:

PARTE RELACIONADA / DESCRIÇÃO	NATUREZA	VALOR PERÍODO (R$)
SERVIÇOS CONTRATADOS — OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO		
TRADETEK	Compra de Mercadorias e Prestação de Serviços	2.457.051,26
FORTNORT	Prestação de Serviços	1.254.127,59
CONTREL	Prestação de Serviços	1.729.425,56
SEVEN	Prestação de Serviços	542.110,63
TOTAL TRANSAÇÕES OPERACIONAIS COM PARTES RELACIONADAS		**5.982.715,04**

NOTA 6 — TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o CPC 05 R1 (IAS 24 — Divulgação sobre Partes Relacionadas), a Companhia divulga a seguir todas as transações e saldos relevantes mantidos com entidades ou pessoas vinculadas, identificadas como partes relacionadas por exercerem controle, influência significativa ou controle conjunto sobre a IP Foco, ou por serem controladas, coligadas ou sujeitas a controle comum.

6.1 Identificação das Partes Relacionadas

As partes relacionadas da IP Foco, identificadas em conformidade com o CPC 05 R1, são:

PARTE RELACIONADA	VÍNCULO
TRADETEK Soluções em Iluminação Pública e Infraestrutura Ltda	Acionista

CONTINUA NA PÁGINA 14

GUERRA DO CONTESTADO: A TERRA, A FÉ E A LUTA DE UM POVO APAGADO PELA HISTÓRIA

A chegada da ferrovia, a exploração das riquezas naturais e a expulsão de comunidades tradicionais criaram o cenário de uma guerra que deixou mortos e marcas

Por Herison Schorr



A Guerra do Contestado foi muito mais do que um conflito armado pela posse de terras. Entre 1912 e 1916, a região disputada por Paraná e Santa Catarina foi palco de uma guerra que reuniu interesses econômicos, disputas territoriais, transformações políticas, religiosidade e a resistência de uma população que se viu expulsa de espaços onde vivia havia gerações.

Para compreender o conflito, é preciso voltar ao início da República brasileira. Segundo o professor de História Arthur Luiz Peixer, o país passava por um processo de transformação marcado pela centralização política, pela industrialização e pela tentativa de promover uma colonização baseada na imigração europeia.

Nesse processo, populações que já ocupavam a região foram colocadas à margem. "Caboclos e posseiros da erva-mate, grupos indígenas e ex-escravizados eram mantidos à margem, enquanto a nação brasileira mirava no processo de colonização europeia e exploração da grande floresta de araucárias no território contestado", explica Arthur.

A disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina se somava à chegada do capital estrangeiro e à construção da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, pela Brazil Railway Company, ligada ao empresário norte-americano Percival Farquhar. A ferrovia atravessou o território e alterou profundamente a dinâmica da região.

Ao mesmo tempo, a exploração das riquezas naturais despertava enorme interesse econômico.

"Cerca de 4 milhões de pés de araucária e aproximadamente 2 milhões de pés de imbuia". Com esses números, o professor e historiador Aluizio Witiuk dimensiona a quantidade de riquezas naturais extraídas da região pela Lumber, considerada uma das maiores serrarias da América Latina e pertencente, assim como a estrada de ferro, ao Sindicato Farquhar. A dimensão da exploração ajuda a compreender por que o território despertava tamanho interesse econômico. Para os sertanejos, porém, aquela terra não representava apenas madeira ou potencial de lucro: era o lugar onde viviam, trabalhavam e construíam suas comunidades.

Quem eram os sertanejos?

Mas, afinal, quem eram aquelas pessoas que viviam no sertão? A resposta é importante para compreender também como a própria imagem dos participantes do conflito foi construída. De acordo com Arthur, os jornais das capitais escolheram um lado e ajudaram a transformar uma população complexa em uma ameaça à República.

"Os jornais da época, principalmente das capitais, como Curitiba e Florianópolis, noticiavam que na região viviam 'fanáticos e jagunços' que eram seguidores de 'um falso profeta' e que isso representava um perigo para a república", afirma Arthur.

Aluizio chama atenção para o estigma construído pelo discurso elitista da época contra a população que vivia nas terras contestadas. Segundo ele, um grupo étnico e socialmente diverso acabou sendo reduzido à figura do "jagunço", muitas vezes associado à criminalidade e à violência simplesmente por defender o território onde vivia.

Para o historiador, é fundamental compreender quem eram os sertanejos e o contexto em que estavam inseridos desde o século XIX. "Na região do Contestado, havia uma população formada por caboclos, povos originários, sírios, alemães, poloneses, italianos…", enfatiza.

Por isso, o professor considera inadequado classificar indistintamente os sertanejos como "jagunços" ou "bandidos". Muitas daquelas pessoas ocupavam terras consideradas devolutas e não podem ser automaticamente tratadas como criminosas por defenderem o espaço onde viviam, trabalhavam e construíam suas comunidades.

Arthur destaca que a população cabocla não era um grupo desorganizado, como sugeriam as representações produzidas pela imprensa. Segundo ele, as comunidades desenvolveram estruturas sociais próprias, que chegaram a formar 16 cidades ou vilas santas e reuniam diferentes práticas religiosas.

Uma guerra entre forças desiguais

Aluizio afirma que os caboclos tiveram de lutar pela permanência em suas terras diante de forças muito superiores, que reuniam o governo federal, o governo estadual e interesses econômicos vinculados ao capital internacional. "Eles lutavam utilizando armas simples, facões, paus e outras ferramentas", destaca.

A desigualdade entre os lados do conflito também aparece na estrutura militar empregada pelo governo. Enquanto os sertanejos utilizavam recursos rudimentares e conheciam profundamente o território, as forças oficiais contavam com armamentos e estratégias militares modernas, como o primeiro avião usado na história da humanidade em um conflito militar.

Arthur ressalta que, apesar da imagem de um Exército poderoso construída posteriormente, as forças governamentais enfrentaram dificuldades para derrotar os sertanejos. "Sofreu quatro anos com as táticas de guerrilha de rebeldes que, em sua maioria, não possuíam estrutura e treinamentos militares", afirma.

A própria propaganda produzida durante e depois da guerra ajudaria a consolidar uma versão favorável às forças oficiais. Para Arthur, a imprensa teve papel decisivo na construção do inimigo.

"Com absoluta certeza. A imprensa do período criou os termos como 'fanáticos' e tratou de colocar os caboclos do Contestado somente como analfabetos e ignorantes", afirma.

Quando a imprensa também vira arma

A guerra não foi travada apenas nos campos de batalha. A disputa pela narrativa também teve importância.

Arthur explica que os jornais das capitais tinham influência na maneira como a população urbana enxergava o conflito. Ao apresentar os sertanejos como fanáticos, violentos ou inimigos da República, a imprensa contribuía para criar apoio às ações militares.

"A desumanização dos sujeitos, ou seja, colocá-los como pessoas que não pensam, mas que matam de forma desmedida qualquer pessoa sem perguntar antes, facilita colocar os militares, o governo republicano, os governos estaduais e os coronéis da região como protetores da justiça", avalia.



A construção dessa imagem não atingiu apenas o conjunto dos sertanejos. Um dos personagens que mais sofreu com essa representação foi Adeodato Ramos, considerado o último grande líder caboclo do Contestado.

Arthur explica que Adeodato ficou conhecido como "O Flagelo de Deus" e passou a ser retratado como uma figura quase demoníaca. "Se a guerra começou com o 'santo José Maria', estava terminando com o diabo, Adeodato", resume.

Segundo o professor, parte das ações violentas atribuídas a Adeodato também precisa ser analisada dentro do contexto da própria guerra. Para ele, o personagem foi igualmente resultado da violência e das condições extremas produzidas pelo conflito.

A fé como esperança

Em meio à expulsão das terras, à violência e à instabilidade, a religiosidade ocupou um lugar central na vida dos sertanejos.

A religiosidade teve papel fundamental na formação da resistência dos sertanejos e na construção de uma identidade própria entre as comunidades do Contestado. Um dos primeiros personagens associados a essa tradição foi João Maria, que, segundo os relatos e pesquisas sobre sua trajetória, passou pelo Brasil entre 1844 e 1852.

João Maria era retratado como um homem pacífico, cuja atuação estava ligada à fé, à cura e ao atendimento das necessidades da população sertaneja. Segundo as pesquisas do professor Aluizio Witiuk, ele percorria o sertão, cuidava de pessoas, utilizava conhecimentos de homeopatia, abençoava fontes e poços de água e realizava batismos. "Ele teria dito que voltaria, mas nunca mais retornou", relata o historiador.

Pesquisas do historiador Alexandre Karsburg identificaram João Maria como Giovanni Maria de Agostini, nascido na Itália, em 1801. O religioso viveu e peregrinou pelo Brasil entre 1844 e 1852. Depois de deixar o país, percorreu diferentes regiões das Américas até ser assassinado, em abril de 1869, nas montanhas de Organ, próximo à vila de Mesilla, no Novo México, nos Estados Unidos. Seu corpo foi sepultado no Cemitério San Albino.

A passagem de João Maria deixou uma marca profunda na memória das populações do interior. Mais do que uma figura religiosa, o monge passou a representar esperança para os sertanejos. Em meio às incertezas provocadas pelas disputas territoriais e pelas transformações econômicas na região, sua figura foi associada à expectativa de proteção, justiça e, sobretudo, à possibilidade de conquistar ou preservar um pedaço de terra.

Um segundo personagem identificado com João Maria foi João Maria de Jesus, cujo nome verdadeiro era Anastasis Marcasse, de origem possivelmente síria ou grega. De acordo com o professor, ele teria aproveitado a tradição deixada pelo primeiro monge e continuado a percorrer a região. É associado à imagem do "monge do gorrinho", conhecido pelas ervas, batismos e pelas cruzes de madeira fincadas em locais que se tornaram pontos de peregrinação.

Esses monges mantinham uma relação muito próxima com a população. Segundo os relatos, muitas vezes não aceitavam dormir nas casas das pessoas, preferindo permanecer ao relento.

José Maria e a explosão do conflito

O terceiro monge, José Maria de Santo Agostinho, ocupa um lugar central na compreensão da Guerra do Contestado. Segundo o professor Aluizio, estudos mais recentes sobre sua trajetória apontam que o personagem pode ter sido, na realidade, um ex-policial paranaense identificado como Miguel Lucena de Araújo ou Miguel Lucena de Souza. A possível identidade de José Maria, porém, ainda integra as discussões e pesquisas sobre sua trajetória.

José Maria conquistou rapidamente a confiança dos sertanejos e assumiu uma posição de liderança entre as comunidades que se reuniam ao seu redor. Em 1912, sua presença passou a ser vista como uma ameaça pelas forças oficiais, culminando no confronto do Irani, em 22 de outubro daquele ano. A batalha terminou com a morte do monge.

Antes de morrer, José Maria teria afirmado que retornaria à frente de um "Exército Encantado de São Sebastião". Segundo Aluizio, a crença no retorno do monge exerceu forte influência sobre os sertanejos e contribuiu para alimentar a resistência.

Para muitos de seus seguidores, sua morte não representava um fim, mas uma promessa de retorno, e, com ela, a esperança de vitória daqueles que lutavam pela terra, pela comunidade e pela própria sobrevivência.

O silêncio depois da guerra

A derrota militar dos sertanejos não significou o fim das consequências do conflito. Para Arthur, o silêncio que se estabeleceu posteriormente também faz parte da história do Contestado.

"Após a guerra é possível perceber como isso se manteve, pois as populações da região silenciaram-se, e por muitas décadas evitaram falar do assunto, seja por medo ou vergonha", explica.

O professor considera que esse silenciamento contribuiu para que a memória dos caboclos fosse apagada durante décadas. A própria produção histórica sobre o conflito, inicialmente marcada por obras de militares, ajudou a consolidar uma narrativa em que o Exército aparecia como responsável por "salvar" a região.

Arthur aponta ainda que a perseguição não terminou imediatamente com o fim da guerra. Segundo ele, sobreviventes e possíveis novos movimentos de resistência continuaram sendo perseguidos, enquanto coronéis e bugreiros atuavam na região.

"O caboclo do Contestado virou um elemento do passado histórico, esquecido como parte do presente e relegado às margens da história e da sociedade", afirma.

Um conflito que ainda diz respeito ao presente

Mais de um século depois, a Guerra do Contestado permanece como uma ferida histórica na região. Para Arthur, seus efeitos podem ser percebidos ainda hoje nas desigualdades sociais e na maneira como a formação histórica do território é compreendida.

"Que a nossa região ainda possui traços de um passado doloroso e profundamente desigual", afirma o professor.

Ele defende que compreender o Contestado exige olhar para além da chegada dos imigrantes europeus e reconhecer a presença anterior de indígenas, caboclos e negros na formação da região.

A história do conflito também oferece uma reflexão sobre o poder da informação. Arthur estabelece um paralelo entre a imprensa que atuava durante o Contestado e a circulação de desinformação nas mídias sociais atuais.

"A imprensa ainda molda opiniões e a propagação de informações falsas foi potencializada pelas redes sociais", avalia.

Para o professor, a diferença está na velocidade e na quantidade de informações disponíveis atualmente. Se, no início do século XX, poucos veículos tinham o poder de determinar a narrativa sobre o conflito, hoje as mídias sociais multiplicam as fontes de informação, mas também criam novos espaços para a desinformação.







CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 11

TRADETEK Soluções em Iluminação Pública e Infraestrutura Ltda	Acionista
CONTREL Construções Ltda	Acionista
FORTNORT Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	Acionista
SEVEN Engenharia e Consultoria Elétrica Ltda	Acionista
Renato Gomes de Araujo	Diretor Presidente (CEO)
Elvis da Silva Cruz	Diretor Administrativo-Financeiro (CFO)
Denis Weis Naressi	Diretor de Operações (COO)
Enio Weis Naressi	Pres. Conselho Adm.
Pedro José Álvares Lopes das Neves	Diretor de Operações Adjunto (DCOO)

6.2 Natureza e Justificativa das Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas decorrem da estrutura operacional estabelecida no âmbito do Contrato de Concessão nº 340/2020. A IP Foco, na qualidade de concessionária e delegatária do serviço público de iluminação, dispõe de plena liberdade contratual para engajar terceiros na execução de parcelas das atividades de modernização e operação, valendo-se desse expediente para conferir maior eficiência à sua operação. Os serviços contratados junto às acionistas especializadas são prestados sob a fiscalização e em nome da IP Foco, que permanece como única responsável perante o Poder Concedente pelo cumprimento integral das obrigações contratuais. Tais transações são realizadas em condições equivalentes às de mercado, em conformidade com a legislação vigente e com o CPC 05 (R1).

6.3 Transações Operacionais com Partes Relacionadas — Exercício de 2025

O quadro a seguir discrimina as transações realizadas com partes relacionadas no período de julho a dezembro de 2025:

PARTE RELACIONADA / DESCRIÇÃO	NATUREZA	VALOR PERÍODO (R$)
SERVIÇOS CONTRATADOS — OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO		
TRADETEK	Compra de Mercadorias e Prestação de Serviços	2.457.051,26
FORTNORT	Prestação de Serviços	1.254.127,59
CONTREL	Prestação de Serviços	1.729.425,56
SEVEN	Prestação de Serviços	542.110,63
TOTAL TRANSAÇÕES OPERACIONAIS COM PARTES RELACIONADAS		**5.982.715,04**

6.4 Saldos com Partes Relacionadas em 31/12/2025

Os saldos decorrentes das transações com partes relacionadas, registrados no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025, são os seguintes:

PARTE RELACIONADA	NATUREZA DO SALDO	SALDO 31/12/2025 (R$)
TRADETEK	Conta a Pagar - LP	10.388,16
FORTNORT	Conta a Pagar - LP	66.194,79
SEVEN	Conta a Pagar - LP	935,40
TOTAL PASSIVOS A PARTES RELACIONADAS		**77.518,35**

6.5 Condições das Transações com Partes Relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas observam os seguintes critérios:

- Preços e condições equivalentes aos praticados em operações similares no mercado, tomando como referência a Proposta Econômica do Contrato PPP nº 340/2020 e levantamentos de mercado;
- Aprovação prévia pela Diretoria e, quando aplicável, pelo Conselho de Administração;
- Ausência de participação dos administradores diretamente interessados nas deliberações relativas a tais transações;
- Divulgação integral em notas explicativas, em conformidade com o CPC 05 R1.

NOTA 7 — EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS — BANCO SAFRA

7.1 Empréstimo Banco Safra

A Companhia contratou operação de crédito junto ao Banco Safra S.A. para financiamento de capital de giro. A operação foi estruturada na modalidade de Mútuo CDI, atrelada às variações do CDI:

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R$)	TOTAL (R$)
Valor Líquido Recebido (Contrato n°. 8416416)		**6.300.000,00**
Passivo Circulante — CP (vencimento até 12 meses)		3.035.734,17
Passivo Não Circulante — LP (vencimento superior a 12 meses)		3.264.265,83
SALDO TOTAL EM 31/12/2025		**6.300.000,00**

7.2 Encargos Financeiros Empréstimo Safra

As despesas financeiras totais reconhecidas pela Companhia no período somam R$ 436.938,39, desse montante, os custos decorrentes diretamente da captação junto ao banco Safra totalizam R$ 434.161,22, conforme detalhado na tabela a seguir:

Encargos Financeiros	R$ 225.164,84
IOF sobre Operações de Crédito	R$ 208.996,38
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	**R$ 434.161,22**

O valor residual de R$ 2.777,17, que excedem o montante gasto com a captação do empréstimo, é representado por outras despesas financeiras correntes do período. Essas despesas englobam **tarifas bancárias** no valor de R$ 671,64, **juros e encargos por atraso** de R$ 736,35, além do **IOF** sobre outras operações financeiras no total de R$ 1.369,18.

O Banco Safra não configura parte relacionada. O contrato de financiamento foi celebrado em condições de mercado, sem vínculo societário com a IP Foco ou seus acionistas.

NOTA 8 — CAPITAL SOCIAL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital Social

O capital social da Companhia, foi totalmente subscrito e integralizado em R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas.

8.2 Prejuízos Acumulados

Saldo inicial (constituição em 2025)	R$ 1,00
Prejuízo líquido do exercício de 2025	(R$ 3.404.500,59)
SALDO EM 31/12/2025	**(R$ 3.404.501,59)**

Em razão do resultado deficitário do exercício, a 1ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2026 deliberou, por unanimidade, pela absorção integral do prejuízo na conta de Prejuízos Acumulados do Patrimônio Líquido, sendo vedada qualquer distribuição de dividendos, nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/1976.

8.3 Patrimônio Líquido em 31/12/2025

DESCRIÇÃO	PARCIAL (R$)	TOTAL (R$)
Capital Social Integralizado		**2.000.000,00**
Prejuízos Acumulados		(3.404.501,59)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**(1.404.501,59)**

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia e concluiu que não há dúvida relevante sobre essa continuidade. Essa avaliação está fundamentada no fluxo de caixa projetado do Contrato de Concessão nº 340/2020, com prazo remanescente de 22,5 anos, que assegura a geração de contraprestações mensais pelo Município de União da Vitória ao longo de toda a vigência contratual. O patrimônio líquido negativo do exercício de 2025 decorre dos efeitos contábeis não-caixa inerentes ao modelo IFRIC 12 - reconhecimento de custos de modernização superiores à receita de construção no período inicial - e não de deterioração operacional ou incapacidade de pagamento.

NOTA 9 — GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia está exposta, em decorrência de suas atividades, a riscos financeiros de crédito, liquidez e mercado. A Administração monitora esses riscos continuamente e adota políticas conservadoras de gestão financeira, compatíveis com o perfil de longo prazo do Contrato PPP nº 340/2020.

9.1 Risco de Crédito

O principal ativo financeiro da Companhia sujeito a risco de crédito é o Ativo Financeiro de Concessão (Nota 4), no valor de R$ 1.779.923,54, que representa o direito contratual de receber contraprestações do Município de União da Vitória. O risco de inadimplência da contraparte está mitigado pela natureza pública do devedor (ente municipal com receitas próprias e transferências constitucionais), pela existência de garantias contratuais e pelo caráter essencial do serviço de iluminação pública.

9.2 Risco de Liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo saldo de caixa suficiente para fazer frente aos compromissos de curto prazo. Em 31/12/2025 o saldo de caixa é de R$ 2.521.210,93, contra passivos circulantes totais estimados em R$ 3.467.375,49, A parcela corrente do empréstimo Safra (R$ 3.035.734,17) é a principal obrigação financeira de curto prazo. O saldo de caixa disponível de R$ 2.521.210,93 não cobre integralmente esse valor; contudo, a Administração avalia a posição de liquidez como adequada em razão do fluxo mensal de contraprestações do Contrato de Concessão.

9.3 Risco de Mercado — Taxa de Juros

O empréstimo junto ao Banco Safra (Nota 7) está sujeito a encargos pós-fixados atreladas a variação do CDI, por tratar-se de uma operação na modalidade Mútuo CDI. Por outro lado, o Ativo Financeiro de Concessão é fixado pela taxa de 5,99% a.a. Dessa forma, a Companhia possui exposição ao risco de variação do CDI sobre o saldo devedor do empréstimo, mitigada pelo volume de caixa mantido em aplicações indexadas ao mesmo índice. A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

9.4 Risco Cambial

Todas as transações da Companhia são realizadas em Reais. Não há ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira e, portanto, a Companhia não está exposta a risco cambial.

NOTA 10 — PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES

10.1 Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados processos judiciais ou administrativos com probabilidade de perda classificada como provável, cuja divulgação seja exigida pelo CPC 25. A Companhia, constituída em 2025 e em fase inicial de operação, não possui histórico de autuações fiscais, reclamações trabalhistas ou ações civis relevantes.

10.2 Garantias Contratuais

Nos termos do Contrato PPP nº 340/2020, a Companhia mantém garantias contratuais de execução e operação em favor do Município de União da Vitória, incluindo seguros de Responsabilidade Civil e de Riscos de Engenharia. Os instrumentos de garantia estão vigentes e em conformidade com as exigências contratuais.

NOTA 11 — EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 1º de janeiro de 2026 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras (29 de abril de 2026), ocorreram os seguintes eventos relevantes:

- Realização da 1ª Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2026, com aprovação integral das demonstrações financeiras do exercício de 2025;
- Continuidade das obras de modernização do parque de iluminação pública, com aceleração do ritmo de instalação de luminárias LED no primeiro trimestre de 2026;
- Manutenção do contrato de financiamento com o Banco Safra (Contrato nº 8416416), em cronograma regular de amortização;
- Nenhum evento subsequente de natureza adversa ou que altere materialmente os saldos reportados nestas demonstrações financeiras foi identificado.

União da Vitória — PR, 13 de maio de 2026.

RENATO GOMES DE ARAUJO:00513988939 Assinado de forma digital por RENATO GOMES DE ARAUJO:00513988939 Dados: 2026.05.29 18:06:36 -03'00'

RENATO GOMES DE ARAUJO

Diretor Presidente — CEO

CPF: 005.139.889-39

Vanderson Henrique Martins dos Santos:15716819737 Assinado de forma digital por Vanderson Henrique Martins dos Santos:15716819737 Dados: 2026.05.29 17:51:09 -03'00'

VANDERSON HENRIQUE MARTINS DOS SANTOS

Contador Responsável

CRC-PR nº PR-0883697/O-0

CPF: 157.168.197-37

OPINIÃO

EXCESSOS DO TODO PODEROSO XANDÃO?

| Por Walber Guimarães Junior

Estritamente na linha do respeito, é preciso discutir os limites, a abrangência e a legalidade das diversas ações do ministro Alexandre de Moraes na condução de algumas das mais polêmicas questões que impactam a pauta nacional. Importa registrar o evidente respeito pela sua determinação em preservar a democracia brasileira, que, sem resquícios ideológicos, esteve sob ataque na última transição, todavia, a qualquer cidadão brasileiro, é lícito questionar algumas de suas decisões que, pelo menos aos olhos dos leigos, parece transpor a linha da neutralidade.

Registre-se que o cenário político-jurídico brasileiro, nos últimos quatro ou cinco anos, permaneceu marcado por uma atuação vigorosa do Supremo Tribunal Federal (STF), com o ministro Alexandre de Moraes mantendo-se como o eixo central das decisões mais sensíveis, com algumas pautas com maior impacto de opinião pública e da cena política, com foco naquelas dos últimos dezoito meses, dentre as quais destacamos.

Em julho de 2025, em decisão individual, o Ministro Alexandre de Moraes suspendeu a eficácia da decisão do Congresso que havia derrubado um decreto presidencial que aumentava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), com forte reação, principalmente no Senado, com críticas contundentes contra o uso de decisões monocráticas em temas tributários.

Em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro, o STF, quase sempre com a ascendência do ministro Alexandre, tomou uma série de decisões que sofrem intensa contestação da direita e da base bolsonarista, desde a decretação da prisão domiciliar ao episódio mais recente quando a instituição proibiu a visita dos seus filhos no último Dia dos Pais, fortalecendo as críticas e interpretações de que sua atuação carrega uma boa dose de perseguição política.

Ainda do Caso Marielle Franco, agora no início de 2026, algumas decisões, sempre contrária à liberdade de mandantes e cúmplices, com alegado rigor e inúmeras críticas ao rito processual, mesmo sem julgamento definitivo, de novo transitando em matéria que provoca ambos os polos da política nacional.

Por fim, as operações sobre o sigilo da fonte e mensagem jornalística, agora em agosto de 2026, com busca e apreensão para identificar a fonte dos vazamentos, rasgando a literatura desta questão que, por força constitucional, garante sigilo da fonte e abrindo novo precedente, com veia corporativa, para críticas contundentes, principalmente da imprensa nacional.

Todo este contexto abre leque para uma ampla discussão, com aparente linha majoritária de críticas, em especial da direita brasileira, que exige uma avaliação neutra que me atrevo a fazer, com isenção, mas também com posicionamento pessoal responsável.

Reconheço a importância da postura firme, na linha da doutrina "Democracia Defensiva" que enfrentou com galhardia as ameaças reais que pairavam no teatro político, mas, com a mesma ênfase, não consigo desenvolver uma única linha de argumentos em favor do Inquérito das Fake News que criou um sistema onde o Tribunal ocupou simultaneamente as figuras de vítima, investigador e julgador, independente de qualquer avaliação do espectro político, ofende o senso comum dos leigos e afronta a cultura acadêmica dos letrados da área.

Assisto com prudência a questão da assimetria das decisões, onde críticos apontam muito mais rigor na punição de falas de teor ofensivo proferidos por lideranças e influencer de direita, em detrimento da suavidade contra o polo oposto, embora relute em aceitar como normal que o tratamento de alguns (bloqueio de contas e até prisões), por estranha coincidência, mais concentrados no mesmo espectro político, permitindo até questionar o que está sendo punido: o crime ou a influência política do emissor?

Registro que minha maior preocupação se refere à extensão de danos à Liberdade de Expressão e Imprensa porque geram precedentes que podem atingir qualquer cidadão ou profissional no futuro. Censura e bloqueio de perfis é, de maneira inquestionável, uma forma de censura prévia para os quais, repito apenas como um leigo, não consigo enxergar nenhum amparo constitucional.

O sigilo da fonte não é um privilégio do jornalista, mas um direito do cidadão de ser informado. Quando o Estado intimida a fonte, o jornalismo investigativo perde sua matéria-prima, gerando um "efeito resfriamento" (chilling effect) na imprensa, e, neste caso específico, aplicando as penalidades em defesa de outro membro da Corte, parece reforçar a leitura popular de que o STF criou um pedestal, bem acima dos mortais comuns, onde, postados ao lado da deusa Têmis, apontam a espada para baixo, manipulam a bel prazer os pratos da balança e, sempre que desejarem, afrouxam as vendas dos olhos.

Talvez seja um retrato em tintas fortes, mas parece evidente que devo escrever cada uma destas linhas com o dever da autocensura e, por conveniência, articulistas e mesmos veículos de imprensa passem a evitar temas sensíveis ao Judiciário, por medo de sanções pecuniárias ou suspensões, o que empobrece a esfera pública de discussão. A limitação do debate acaba gerando um domo protetor, por decreto e não magia, que torna definitivo a condição de inatingíveis os ministros do STF, investidos de um absurdo poder, aos olhos do cidadão comum, alçados à condição de semideuses.

São muitos os que dividem comigo a leitura de que o equilíbrio está rompido, em especial porque a única instância com poder coercitivo, o Senado, assume a humilhação da omissão e a covardia de privar a sociedade de várias investigações que, mesmo sem nenhum juízo definitivo, afrontam o senso comum. Sem meias palavras, contratos de honorários recordes, sem nenhuma contestação, tomados como exemplo, escancaram o status de inatingíveis de nossos ministros.

Essas questões geram desagrado em ambos os polos porque, enquanto a direita contesta o rigor contra o bolsonarismo, o centro e setores da esquerda, em momentos distintos, demonstram preocupação com o precedente de fragilização de garantias processuais e prerrogativas do Legislativo.

Em última análise, o dano às liberdades fundamentais é real quando o combate ao "abuso do direito" acaba por suprimir o próprio direito. O desafio do próximo período será a descompressão desse poder e o retorno do Tribunal ao seu papel estritamente constitucional, com revisão plena do modo de acesso e do tempo de permanência dos ministros.

Se a pretenciosa pauta deste artigo te incomoda, saiba que os teus dois votos para o Senado batem no teto da exigência de responsabilidade e cidadania de cada eleitor em 04 de outubro, como forma mais eficaz para recompor o equilíbrio rompido.

PORTO UNIÃO CONQUISTA CINCO MEDALHAS EM COMPETIÇÃO NACIONAL DE TÊNIS DE MESA

A equipe de tênis de mesa do Centro Cultural 25 de Julho/AMEGI, de Porto União, conquistou cinco medalhas durante a Copa Brasil Ouro, realizada entre os dias 14 e 16 de agosto, na Arena Jaraguá, em Jaraguá do Sul. A competição reuniu mais de mil inscrições de atletas de todo o país.

O principal resultado da equipe foi obtido por Geraldo Olbertz, campeão da categoria Master 75. Erico Ricardo Rosenscheg ficou com o vice-campeonato no Master 35 e também conquistou a medalha de bronze no Absoluto-B.

Os outros dois pódios foram alcançados por Helena van der Laan, terceira colocada no Master 30 Feminino, e Ivo Solanho, que terminou na terceira posição no Master 70.

A Copa Brasil Ouro teve disputas individuais olímpicas de ranking, categorias Absolutos, provas individuais paralímpicas e competições de duplas.

Porto União esteve representado por 15 atletas. Entre eles, Joaquim Jacobs, Luan Mequelissa e Tiago Magnani, integrantes da base da equipe, participaram pela primeira vez de uma competição nacional desse porte.

Também fizeram parte da delegação Eduardo Chokailo, Eduardo Ruby, Emerson Jacobs, Erico Ricardo Rosenscheg, Gabryel Smek, Geraldo Olbertz, Helena van der Laan, Ivo Solanho, Mario Marques, Roberval Alves de Lima e Vinicius Custódio.

Além de disputar as provas, Gabryel Smek, Vinicius Custódio e Emerson Jacobs atuaram como técnicos, auxiliando os demais atletas durante a competição.

A equipe agora se prepara para a quinta etapa do Campeonato Estadual, marcada para os dias 25 e 26 de setembro, em Chapecó.

SISTEMA FAEP
SENAR PARANÁ | FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ | SINDICATO RURAL

Sistema FAEP tem ferramenta que antecipa desastres climáticos

Os eventos climáticos extremos que atingiram o Paraná em agosto, incluindo tornado e fortes tempestades, deixaram prejuízos também no meio rural e reforçaram uma necessidade cada vez mais presente no campo: acompanhar o clima com informação rápida e confiável.

Produtores rurais contam com uma ferramenta gratuita de meteorologia disponibilizada pelo Sistema FAEP em seu site e aplicativo para smartphone. O serviço reúne previsões para os 399 municípios paranaenses, com uma janela de até 30 dias. Nos primeiros sete dias, os dados são mais detalhados e incluem temperatura, chuva, umidade do ar, cobertura de nuvens, direção do vento e pressão atmosférica, entre outras informações.

A plataforma também possui um mapa interativo que indica, por município, alertas e níveis de gravidade para ocorrências como geadas, vendavais e tornados. Com isso, o produtor pode identificar riscos com antecedência e avaliar medidas para reduzir possíveis prejuízos, como proteger animais, equipamentos e estruturas ou reorganizar atividades na propriedade.

O acesso, tanto pelo site **sistemafaep.org.br**, quanto aplicativo (Sistema FAEP), é gratuito. No aplicativo, disponível para Android e iOS, o produtor deve ativar notificações para receber os alertas meteorológicos diretamente no celular.

Diante de um clima cada vez mais imprevisível, informação antecipada pode fazer diferença na hora de proteger a produção e o patrimônio rural.

sistemafaep.org.br

THE VOICE APAEANO DÁ VOZ À INCLUSÃO EM UNIÃO DA VITÓRIA

Evento integrou a programação da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla e reuniu alunos em apresentações marcadas por música, participação e integração

Por Jaqueline Castaldon

A Apae de União da Vitória preparou uma extensa programação durante o mês de agosto para marcar o Agosto Laranja e a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Neste ano, as atividades são desenvolvidas com o tema "Deficiência não define. Oportunidade transforma. Inclua nossa voz".

A proposta é ampliar a conscientização sobre a inclusão das pessoas com deficiência intelectual e múltipla e, ao mesmo tempo, proporcionar aos alunos momentos de convivência, protagonismo, integração e participação na comunidade.

A programação ganhou destaque na noite de segunda-feira, 17, quando representantes da Apae participaram da sessão da Câmara de Vereadores de União da Vitória para a abertura oficial das atividades da Semana Nacional no município.

As ações, no entanto, já haviam começado no dia 11 de agosto, com atividades envolvendo receitas junto às turmas da Educação Infantil. A programação segue até o dia 28 de agosto, com atividades dentro e fora da instituição.

Música, inclusão e protagonismo no The Voice APAEano

Um dos momentos mais aguardados da programação foi o The Voice APAEano, realizado na terça-feira, 18. Com música, inclusão e descontração, a atividade reuniu os alunos em mais uma edição do evento, que já se tornou parte da programação da instituição.

O The Voice APAEano contou ainda com a participação de alunos do 5º ano da Escola Clementina Lona Costa.

Segundo Andreia dos Santos, diretora da Apae de União da Vitória, esta foi a terceira edição da atividade, criada a partir do interesse dos próprios alunos pela música.

"Esse é o nosso terceiro ano do The Voice APAEano. A escolha surgiu realmente a partir do The Voice da TV. Os nossos alunos gostam muito de música. Nós tínhamos, há algum tempo, aulas de musicoterapia na nossa escola e, neste ano, também foi retomada a musicoterapia para todos os nossos alunos de zero a 18 anos. Nada melhor do que a música para expressar o que os nossos alunos sentem", explicou.

Para a diretora, a atividade também está diretamente relacionada ao tema escolhido para a Semana Nacional deste ano.

"Como a própria Semana Nacional diz: 'Deficiência não define. Oportunidade transforma. Inclua nossa voz'. É um momento em que eles podem se expressar", destacou Andreia.

Depois das apresentações e da avaliação dos jurados, Everton foi escolhido como o grande campeão do The Voice APAEano deste ano, recebendo o troféu da competição.

Foto: JOC



Everton, campeão desta edição do The Voice APAEano

Além do The Voice, a terça-feira teve piquenique e contação de histórias para a Educação Infantil, além de um lanche especial para marcar a Semana Nacional dentro da instituição.



Foto: JOC

Jurados durante a escolha dos participantes do The Voice APAEano

Programação segue até o dia 28

A programação será retomada na terça-feira, 25. A Educação Infantil terá atividades no bosque da escola e os estudantes receberão um lanche especial. Às 9h e às 15h, haverá apresentações de teatro e dança com o grupo do professor Salvador e a participação do Colégio Estadual Túlio de França.

Na quarta-feira, 26, será realizada uma atividade de integração entre as Apaes de União da Vitória e Porto União, no Grêmio Ribeiro Pires. Os encontros estão programados para 8h30 e 14h. Enquanto isso, as crianças da Educação Infantil terão atividades sensoriais com tintas comestíveis na própria Apae.

A integração entre as duas instituições continuará na quinta-feira, 27. Alunos das Apaes de União da Vitória e Porto União participarão de uma atividade na Igreja Luterana, com lanche especial oferecido pelas senhoras da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE), às 8h30 e às 14h.

O encerramento será na sexta-feira, 28, com uma programação especialmente voltada à convivência e ao lazer. Pela manhã, às 9h, será realizada a Gincana das EJAs. No período da tarde, a partir das 15h, a atividade também envolverá a turma da professora Dhuli.

Com ações dentro e fora da instituição, a programação do Agosto Laranja busca aproximar os alunos da comunidade e reforçar a mensagem que norteia a mobilização deste ano: a deficiência não define uma pessoa. Oportunidades, respeito e inclusão são fundamentais para que cada indivíduo desenvolva suas potencialidades e tenha sua voz reconhecida.





Assinado digitalmente por O COMERCIO GRAFICA E EDITORA LTDA
Data: 20/08/2026 17:26:12 -03:00
CPF: 00728775964